

Curso Curto 5:
*Desenvolvimento de Notas de Conceptuais e
Propostas de Financiamento para os
Mecanismos de Financiamento climático
existentes*



O

N

U

O

ambie
nte
progr
ama

CLIMA

ANALÍTICA

Autor

Mahugnon Serge Djohy

Colaborador

Komna Djabare

Revisores

Mariama Camara

Jon Padgham

Design gráfico

Jeannette Koffi

Este documento pode ser citado como:

Djohy, M.S. et al., Developing Concept Notes and Funding Proposals for existing climate finance mechanisms. Livro de trabalho do Curso de Curta Duração 5. Capacity Development Programme in Adaptation Finance Access in LDCs. Produzido no âmbito do projeto LDC University Leadership for Catalyzing Climate-Adaptation Finance (UNI-LEAD).

Este manual faz parte do Curso curto 5: **Desenvolvimento de Notas Conceptuais e Propostas de Financiamento para os mecanismos de financiamento climático existentes**. É fornecido juntamente com a apresentação em PowerPoint associada e um Guia do Formador. Este curso curto é o último de uma série de cinco cursos curtos sobre financiamento climático desenvolvidos pelo projeto UNI-LEAD para reforçar as capacidades das universidades no âmbito do Consórcio Universitário para as Mudanças Climáticas dos países menos desenvolvidos, de modo a fornecerem aconselhamento técnico e serviços aos seus governos para um maior acesso ao financiamento climático. O projeto é financiado pelo FMA, implementado pelo PNUA e executado pela START International em parceria com a Climate Analytics, Inc.



Lista de acrónimos e abreviaturas

<i>AE/EA</i>	Entidades acreditadas
<i>AF/FA</i>	Fundo de Adaptação
<i>BHAG</i>	Grande Objetivo Audacioso e Cabeludo
<i>CCA/AMC</i>	Adaptação às Mudanças climáticas
<i>CF/FC</i>	Financiamento climático
<i>CN/NC</i>	Nota conceptual
<i>EE</i>	Entidades Executoras
<i>PF</i>	Proposta de financiamento
<i>FVC</i>	Fundo Verde para o Clima
<i>FMA</i>	Fundo Mundial para o Ambiente
<i>GESI/IGIS</i>	Igualdade de género e inclusão social
<i>GIZ</i>	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit
<i>LDC/PMA</i>	Países menos avançados
<i>LDCF/FPMA</i>	Fundo para os Países Menos Avançados
<i>QL</i>	Quadro lógico
<i>NAP/PNA</i>	Plano Nacional de Adaptação
<i>NDA/AND</i>	Autoridades nacionais designadas
<i>CND/CND</i>	Contribuições nacionalmente determinadas
<i>MPP</i>	Mecanismo de preparação de projetos
<i>RP/PP</i>	Programa de preparação
<i>ODS</i>	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
<i>ToC</i>	Teoria da Mudança
<i>CQNUMC/C QNUMC</i>	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas

ÍNDICE

Lista de acrónimos e abreviações.....	3
Lista de quadros.....	5
Lista de figuras.....	5
Introdução.....	6
Objetivo geral do curso.....	6
O que encontrar neste curso e onde?.....	7
Sessão 1: Os preliminares para o desenvolvimento dos documentos de síntese e das propostas de financiamento do FVC.8	
1.1. Introdução.....	8
1.2. Objetivo de aprendizagem.....	8
1.3. Quadro conceptual.....	8
1.4. Projeto de adaptação e características.....	12
1.5. Principais considerações para desenvolver um projeto de adaptação às Mudanças climáticas.....	13
Sessão 2 - O Fundo Verde para o Clima Desenvolvimento de propostas de adaptação.....	16
2.1. Introdução.....	16
2.1. Objetivo de aprendizagem.....	16
2.3. A missão do FVC, critérios e modelos de investimento.....	17
2.4. Visão geral do ciclo do projeto FVC e do processo de aprovação do projeto.....	18
2.5. Elementos-chave a dominar na preparação de um documento de síntese do FVC.....	22
2.5.1. Fundamentação climática na conceção do projeto.....	22
2.5.2. Teoria da Mudança (ToC) na conceção do projeto.....	22
2.5.3. Plano de ação/integração da GESI nas propostas do FVC.....	27
2.6. Transição da nota conceptual do FVC para as propostas de financiamento.....	27
2.6.1. Considerações sobre a transição.....	27
2.6.2. O Mecanismo de Preparação de Projetos (PPF) do FVC.....	29
Sessão 3 - Sessão prática sobre a conceção dos documentos de síntese e das propostas de financiamento do FVC... 30	
3.1. Introdução.....	30
3.2. Objetivo de aprendizagem.....	30
3.3. Orientações para a redação das secções do documento de síntese do FVC.....	31
3.3.1. Secção A: Resumo do projeto/programa.....	31
3.3.2. Secção B: Informações sobre o projeto/programa.....	32
3.3.3. Secção C: Informações financeiras indicativas.....	39
3.3.4. Secção D: Apêndices.....	41
3.4. Melhores práticas e recomendações para a aplicação dos critérios de investimento do FVC.....	42
Glossário.....	44
Referências.....	48
Anexo 1. Critérios do FVC para a avaliação das propostas de programas/projetos.....	50
Anexo 2. Exercícios práticos.....	52
Anexo 3. Exemplo de árvore de problemas.....	57
Anexo 4. Teoria ilustrativa da mudança.....	58
Anexo 5. Modelo de documento de síntese do FVC.....	60
Anexo 6. Modelo de proposta de financiamento do FVC.....	69

Lista de quadros

Quadro 1. Pontos de entrada para a integração da adaptação às Mudanças climáticas nos processos orçamentais	11
Quadro 2. Evolução da marcação orçamental das Mudanças climáticas 2011-2021	12
Quadro 3. Diferença entre financiamento público e financiamento privado	25
Quadro 4. Obstáculos ao financiamento subnacional da adaptação	39

Lista de figuras

Figura 1. Uma visão geral do PIMA Clima	13
Figura 2. Etapas de implementação do C-PIMA	14
Figura 3. Pontos de entrada para a integração da adaptação às Mudanças climáticas num PEER	15
Figura 4. Etapas para preparar os sistemas e as instituições para o financiamento climático	15
Figura 5. Desafios à integração da adaptação às Mudanças climáticas nos processos orçamentais	16
Figura 6. Mecanismo de dívida tradicional vs. acordo dívida-por-natureza	18
Figura 7. Quadro DFC e implementação do CND	19
Figura 8. Processo de dívida-por-clima (DPC)	20
Figura 9. Instrumentos de financiamento climático para alavancar o investimento do sector privado	28
Figura 10. Oportunidades de adaptação sem riscos para os investidores privados	29
Figura 11. Processo do mercado do carbono	33
Figura 12. CND e referência à utilização de mecanismos do mercado do carbono (2019)	33
Figura 13. Situação e tendências dos mercados de carbono	34
Figura 14. Mecanismos do mercado de carbono para o financiamento da adaptação	35
Figura 15. Mecanismo FDC	38
Figura 16. O mecanismo de financiamento descentralizado do clima	41



Introdução

O curso "***Desenvolvimento de Notas Conceptuais e Propostas de Financiamento para os Mecanismos de Financiamento Climático Existentes***" fornece uma abordagem prática que equipa os participantes com as ferramentas e os conhecimentos essenciais necessários para desenvolver uma nota conceptual sólida e propostas de financiamento para os mecanismos de fundos climáticos existentes. Examina o processo de preparação de projetos para aceder aos principais fundos climáticos ao abrigo da CQNUMC, em termos de áreas de investimento, critérios de investimento e instrumentos financeiros, e como abordar os principais critérios de investimento do Fundo Verde para o Clima. Este curso, centrado no desenvolvimento de notas conceptuais de financiamento climático e propostas de financiamento, justifica-se pelos seguintes elementos:

1

Filling a knowledge gap: There's a dearth of professionals skilled in crafting effective climate finance proposals. This course addresses this gap by equipping participants with the necessary tools and knowledge.

2

Enhancing project viability: By providing in-depth training on project design, impact assessment, and financial modeling, the course will help participants develop projects with a higher chance of securing funding.

3

Facilitating access to climate finance: A skilled workforce capable of developing strong proposals can increase the flow of climate finance to critical projects, accelerating climate action.

Curso global objetivo

O objetivo geral de um curso sobre o *Desenvolvimento de Notas Conceptuais e Propostas de Financiamento para os Mecanismos de Financiamento Climático Existentes* é dotar os participantes dos conhecimentos e competências necessários para garantir o financiamento de projetos de adaptação às Mudanças climáticas. O curso destina-se a reforçar as capacidades dos funcionários governamentais dos países menos desenvolvidos e de outros envolvidos no financiamento climático para desenvolver propostas de adaptação competitivas, concebendo notas conceptuais e propostas de financiamento de elevada qualidade que se destaquem da concorrência e aumentem as suas hipóteses de obter financiamento climático.



O que encontrar neste curso e onde?

O conteúdo deste curso sobre o Desenvolvimento de Notas Conceptuais e Propostas de Financiamento para Mecanismos de Financiamento Climático Existentes está organizado em três (3) partes e seis (6) sessões que são:



Session 1: Preliminaries for developing concept notes and climate finance proposals

Session 2: The Green Climate Fund (GCF) Adaptation Proposals development

Session 3: Practical session on designing GCF Concept Notes and Funding Proposals

Para além destas 3 sessões, este curso de curta duração fornece informações e recursos relevantes para cada módulo/sessão, extraídos da apresentação em PowerPoint, que faz parte do pacote de materiais de formação deste curso de curta duração.

Sessão 1: Os preliminares para o desenvolvimento dos documentos de síntese e das propostas de financiamento do FVC

1.1. Introdução

Garantir o financiamento do clima é essencial para enfrentar os desafios prementes colocados pelas Mudanças climáticas. Para aceder com êxito a estes fundos, é fundamental desenvolver notas conceptuais e propostas convincentes. Esta secção lançará as bases para a elaboração de notas conceptuais e propostas de financiamento eficazes, explorando as etapas preliminares críticas envolvidas no seu desenvolvimento.

Compreender os meandros dos mecanismos de financiamento do clima, identificar as oportunidades de projeto que se alinham com as prioridades de financiamento e construir uma base sólida para a conceção do projeto são essenciais para maximizar as hipóteses de garantir o apoio financeiro. Ao dominar o quadro conceptual, o processo e outras fases preliminares, os participantes estarão bem equipados para desenvolver propostas persuasivas que ressoem junto dos financiadores e impulsionem acções climáticas com impacto.

As secções seguintes centram-se (i) no quadro conceptual, (ii) nos projetos e características de adaptação e (iii) nas principais considerações para o desenvolvimento de um projeto sólido de adaptação às Mudanças climáticas.

1.2. Objetivo de aprendizagem

A sessão apresenta o enquadramento conceptual em torno da conceção de projetos para os fundos climáticos. O formando terá uma visão global do processo de preparação e apresentação de projetos climáticos, desde a identificação da ideia de projeto até à conceção das notas conceptuais e das propostas de financiamento, bem como das responsabilidades dos principais intervenientes, incluindo as autoridades nacionais designadas, os pontos focais, as entidades acreditadas e os potenciais co-financiadores, os potenciais parceiros de execução, os co-promotores do projeto, os beneficiários, etc.

1.3. Quadro conceptual

Há uma série de conceitos e esclarecimentos que são importantes para navegar eficazmente neste curso.

Antes de mais, é importante compreender a diferença entre um projeto centrado no clima e um projeto de desenvolvimento clássico. A principal distinção entre os dois tipos de projetos reside no seu objetivo principal, no seu foco e na consideração das Mudanças climáticas:

	Projeto de adaptação às Mudanças climáticas	Projeto de desenvolvimento clássico
Foco	Especificamente concebidos para reduzir a vulnerabilidade das comunidades e dos sistemas aos efeitos adversos das Mudanças climáticas.	Destinam-se essencialmente a melhorar as condições socioeconómicas, como a redução da pobreza e o desenvolvimento de infra-estruturas, ou melhoria dos cuidados de saúde.
Considerações sobre as Mudanças climáticas	As Mudanças climáticas são o motor central e o projeto foi explicitamente concebido para fazer face aos seus impactos.	As Mudanças climáticas podem ser um fator secundário ou terciário, se é que chegam a ser consideradas.

É importante notar que *estes dois tipos de projetos estão frequentemente interligados*. Muitos projetos de adaptação climática também contribuem para os objetivos de desenvolvimento e vice-versa. Por exemplo, a construção de infra-estruturas resistentes ao clima pode proteger contra os impactos climáticos e melhorar a atividade económica e os meios de subsistência. Essencialmente, embora ambos os tipos de projetos visem melhorar a vida das pessoas, os projetos de adaptação às Mudanças climáticas centram-se especificamente na criação de resiliência a um clima em mudança.

Os conceitos-chave a considerar no desenvolvimento de projetos de financiamento climático incluem

Nota conceptual: é um documento conciso e específico que descreve um projeto ou uma ideia de investigação. Serve como uma visão geral preliminar, fornecendo pormenores essenciais a potenciais interessados ou financiadores. A nota conceptual descreve os objetivos, as actividades, os resultados esperados e o orçamento do projeto num formato breve e convincente. Essencialmente, é uma apresentação a potenciais financiadores ou partes interessadas para gerar interesse no projeto e garantir apoio para um maior desenvolvimento. Os principais elementos de uma nota conceptual incluem normalmente

- Título e resumo do projeto
- Descrição e objetivos do projeto
- Beneficiários-alvo
- Actividades e calendário do projeto
- Panorama orçamental
- Equipa de projeto e parceiros
- Impacto e sustentabilidade esperados

O objetivo de uma nota conceptual é captar a atenção de potenciais financiadores e fornecer informações suficientes para os incentivar a solicitar uma proposta de projeto completa.

Proposta de financiamento: para as Mudanças climáticas é um documento abrangente que descreve um projeto ou iniciativa destinado a enfrentar os desafios das Mudanças climáticas. Procura assegurar o apoio financeiro de doadores, governos ou outras fontes de financiamento para implementar as actividades propostas.

Ao contrário de uma nota conceptual, que é uma breve panorâmica, uma proposta de financiamento fornece uma análise pormenorizada e aprofundada do projeto. Normalmente, inclui:

- Uma descrição e objetivos claros do projeto
- Um plano de execução pormenorizado
- Um orçamento exaustivo
- Um quadro sólido de controlo e avaliação
- Uma avaliação dos riscos
- Um plano de sustentabilidade

O objetivo de uma proposta de financiamento é persuadir o financiador de que o projeto está bem concebido, é viável e terá um impacto significativo no combate às Mudanças climáticas.

Projeto e programa: no contexto das Mudanças climáticas, é uma iniciativa concebida para fazer face às Mudanças climáticas através da redução das emissões de gases com efeito de estufa, do aumento do sequestro de carbono ou do reforço da resiliência e da capacidade de adaptação aos impactos climáticos. Estes projetos podem ir desde o desenvolvimento de infra-estruturas em grande escala até iniciativas de base comunitária. Um programa é um grupo de projetos, subprogramas e actividades de gestão de programas relacionados, geridos de forma coordenada para atingir objetivos e benefícios estratégicos. Trata-se de um esforço maior e contínuo com múltiplas componentes.

O Quadro Lógico (ou Logframe) é uma ferramenta de planeamento de projetos utilizada para delinear as metas, os objetivos, as actividades e os resultados esperados de um projeto. Proporciona uma abordagem estruturada à conceção, execução, monitorização e avaliação do projeto. Essencialmente, é uma matriz que mostra as ligações lógicas entre as entradas, as actividades, as saídas, os resultados e o impacto de um projeto. Os principais componentes de um *Logframe*:

- **Resumo da narrativa:** Uma breve descrição do projeto.
- **Objetivo:** A mudança ou o impacto desejado a longo prazo.
- **Objetivo:** O resultado imediato ou a mudança a alcançar.
- **Resultados:** Os produtos ou serviços específicos a serem fornecidos.
- **Actividades:** As tarefas a realizar para produzir resultados.
- **Indicadores:** Indicadores mensuráveis para cada nível do quadro lógico para acompanhar os progressos.
- **Meios de verificação:** Fontes de dados para a verificação dos indicadores.
- **Pressupostos:** Factores externos que se pressupõe estarem presentes para que o projeto seja bem sucedido.
- **Riscos:** Potenciais ameaças à execução do projeto e respectivas estratégias de mitigação.

Ao utilizar um quadro lógico, os gestores de projeto podem garantir que todas as componentes do projeto estão alinhadas e contribuem para o objetivo global.

A Teoria da Mudança (ToC) é um processo sistemático de planeamento, gestão e avaliação das intervenções de desenvolvimento. Descreve como e porquê se espera que um conjunto de actividades conduza a resultados específicos. Essencialmente, é um roteiro que explica as ligações causais entre as entradas, as actividades, as saídas, os resultados e o impacto de um projeto. Os principais componentes de uma ToC são:

- **Entradas:** Recursos afectados ao projeto (por exemplo, financiamento, pessoal, equipamento).
- **Actividades:** Tarefas realizadas para atingir os resultados (por exemplo, formação, workshops, desenvolvimento de infra-estruturas).
- **Resultados:** Produtos ou serviços gerados pelas actividades do projeto (por exemplo, número de participantes formados, estruturas construídas).
- **Resultados:** Mudanças nos conhecimentos, atitudes ou comportamentos resultantes dos resultados (por exemplo, maior consciencialização, melhoria dos meios de subsistência).
- **Impacto:** Mudanças a longo prazo no sistema ou na sociedade (por exemplo, redução da vulnerabilidade às Mudanças climáticas, aumento da resiliência).

Uma ToC bem elaborada ajuda a alinhar as actividades do projeto com os resultados desejados, facilita a monitorização e a avaliação e melhora a tomada de decisões.

É importante notar que, no contexto do desenvolvimento de projetos de Mudanças climáticas, a maioria dos financiadores do clima, incluindo o Fundo Verde para o Clima (FVC), pede uma Teoria da Mudança (ToC) e não um quadro lógico clássico do projeto.

De facto, embora tanto a Teoria da Mudança (ToC) como o Quadro Lógico (Logframe) sejam ferramentas valiosas para o planeamento e gestão de projetos, o FVC pode inclinar-se para a Teoria da Mudança por várias razões. De facto, tendo em conta a complexidade das Mudanças climáticas, que exigem intervenções complexas e multifacetadas, uma ToC capta melhor os potenciais impactos a longo prazo da ação climática. A ToC proporciona uma visão mais holística do impacto do projeto, centrando-se nos resultados a longo prazo e nas vias causais que conduzem aos mesmos. Além disso, a ToC encoraja uma abordagem mais adaptativa, permitindo ajustamentos com base em provas e contextos emergentes. A ToC é mais flexível e adaptável às circunstâncias em mudança, permitindo correcções intermédias. Promove também uma abordagem orientada para a aprendizagem, dando ênfase à melhoria contínua e à partilha de conhecimentos.

Gráfico de Gantt

Um diagrama de Gantt é uma representação visual do calendário de um projeto. Trata-se de um gráfico de barras que ilustra as datas de início e de fim dos elementos terminais e dos elementos de resumo de um projeto.

Exemplo de diagrama de Gantt

Actividades	Ano 1				Ano 2			
	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4
A1.1	■	■						
A1.2			■					
A2.1		■	■	■	■			
A2.2					■	■		
A3.1						■	■	
A3.2								■

1.4. Projeto de adaptação e características

Um projeto de adaptação climática é uma iniciativa concebida para reduzir os impactos negativos das Mudanças climáticas ou para tirar partido das novas oportunidades que surgem. Envolve a implementação de estratégias para ajudar as comunidades, os ecossistemas e as economias a tornarem-se mais resistentes aos riscos relacionados com o clima, tais como inundações, secas, ondas de calor e subida do nível do mar.

De facto, os países menos avançados (PMA) são desproporcionadamente vulneráveis aos impactos das Mudanças climáticas. Os projetos de adaptação nestas regiões centram-se frequentemente no reforço da capacidade de resistência e na salvaguarda dos meios de subsistência. O quadro seguinte apresenta alguns exemplos de projetos /programas de adaptação no contexto dos PMA:

Agricultura e segurança alimentar	<p>Promover uma agricultura resistente ao clima: Introduzir variedades de culturas resistentes à seca, sistemas agro-florestais e sistemas de irrigação melhorados.</p> <p>Desenvolvimento de sistemas de alerta precoce: Fornecer aos agricultores informações sobre os padrões climáticos para antecipar e atenuar os riscos.</p> <p>Adaptação da pecuária: Apoiar o desenvolvimento de raças e práticas pecuárias resilientes.</p>
Gestão dos recursos hídricos	<p>Melhorar a recolha e o armazenamento de água: Construir estruturas de recolha de águas pluviais e barragens de pequena escala.</p> <p>Conservação da água: Implementação de técnicas de irrigação eficientes e promoção de tecnologias de poupança de água.</p> <p>Gestão integrada dos recursos hídricos: Adotar uma abordagem holística da gestão da água, considerando tanto a quantidade como a qualidade.</p>
Redução de Risco de catástrofes	<p>Sistemas de alerta precoce: Desenvolvimento e divulgação de sistemas de alerta precoce</p> <p>sistemas para inundações, secas e tempestades.</p>

	<p>Desenvolvimento de infra-estruturas: Construção de infra-estruturas resistentes ao clima, tais como estradas, pontes e escolas.</p> <p>Preparação para catástrofes com base na comunidade: Reforçar a resiliência da comunidade através da formação e de planos de resposta a emergências.</p>
Gestão da zona costeira	<p>Restauração de mangais: Proteção das linhas costeiras contra a erosão e as tempestades.</p> <p>Pesca sustentável: Promover práticas de pesca sustentáveis para garantir a segurança alimentar.</p> <p>Desenvolvimento das comunidades costeiras: Apoiar os meios de subsistência e a diversificação económica nas zonas costeiras.</p>
Adaptação baseada nos ecossistemas	<p>Conservação e recuperação de florestas: Proteção dos sumidouros de carbono e da biodiversidade.</p> <p>Gestão sustentável das terras: Prevenir a degradação das terras e promover a conservação dos solos.</p> <p>Gestão dos recursos naturais com base na comunidade: Capacitar as comunidades locais para gerir os seus recursos naturais de forma sustentável.</p>

As principais características dos projetos de adaptação às Mudanças climáticas

Foco nos impactos	O objetivo é abordar as consequências das Mudanças climáticas e não as suas causas. Os projetos de adaptação climática visam minimizar os efeitos negativos das Mudanças climáticas.
Reforço da capacidade de resistência	Aumenta a capacidade dos sistemas para resistir e recuperar dos choques climáticos.
Gestão do risco	Identifica e reduz as vulnerabilidades aos riscos relacionados com o clima.
Centrado na comunidade	Envolve frequentemente a participação e a apropriação locais.
Perspetiva a longo prazo	Considere-se a natureza evolutiva das Mudanças climáticas.

1.5. Principais considerações para o desenvolvimento de um projeto de adaptação às Mudanças climáticas

O desenvolvimento de um projeto de adaptação climática bem sucedido requer um planeamento e preparação cuidadosos, tal como descrito nesta secção.

Avaliação das necessidades e análise da vulnerabilidade: Uma avaliação sólida das necessidades e uma análise da vulnerabilidade são a pedra angular de um projeto de adaptação climática bem sucedido. Fornece a base para compreender os desafios específicos enfrentados por uma comunidade e identificar as intervenções adequadas.

Uma **avaliação das necessidades** centra-se na identificação das lacunas entre a situação atual e o estado desejado. No contexto da adaptação climática, envolve determinar:

- **Prioridades da comunidade:** Compreender as necessidades e preocupações mais prementes da população-alvo.
- **Lacunas de recursos:** Identificar a escassez de recursos humanos, financeiros e materiais.
- **Capacidade institucional:** Avaliar a capacidade das organizações locais para implementar medidas de adaptação.
- **Conhecimento e sensibilização:** Avaliar o nível de compreensão das Mudanças climáticas e dos seus impactes.

Uma **análise de vulnerabilidade** vai mais longe, examinando os factores que aumentam a suscetibilidade de uma comunidade aos impactos das Mudanças climáticas. Envolve:

- **Identificar os riscos climáticos:** Determinar os tipos de eventos relacionados com o clima (por exemplo, inundações, secas, tempestades) que afectam a área.
- **Avaliação da exposição:** Avaliar o grau em que as pessoas, os bens e os sistemas estão expostos a estes perigos.
- **Analisar a sensibilidade:** Compreender os potenciais impactes negativos dos riscos climáticos nas pessoas e nos sistemas.
- **Avaliação da capacidade de adaptação:** Avaliar a capacidade de uma comunidade para lidar com as Mudanças climáticas e adaptar-se a elas.

Combinando estas duas abordagens, é possível identificar as vulnerabilidades específicas que requerem medidas de adaptação. Esta informação ajudá-lo-á a:

- **Dar prioridade às intervenções:** Concentrar-se nas necessidades e vulnerabilidades mais prementes.
- **Adaptar os projetos :** Conceber projetos que abordem as circunstâncias específicas da comunidade-alvo.
- **Construir a resiliência da comunidade:** Desenvolver estratégias de adaptação que reforcem a capacidade da comunidade para fazer face a futuros choques.
- **Medir o impacto:** Estabelecer dados de base para monitorizar e avaliar os resultados do projeto.

Priorização de projetos de adaptação

A definição de prioridades para os projetos de adaptação é crucial devido aos recursos limitados e à necessidade premente de abordar os múltiplos impactos climáticos. Existem alguns métodos disponíveis para realizar um exercício de definição de prioridades na seleção da sua ideia de projeto:

Análise multicritério (AMC)	Atribuir pesos a diferentes critérios e classificar os potenciais projetos com base nesses critérios.
Análise custo-benefício (ACB)	Avaliar os benefícios económicos de um projeto em comparação com os seus custos.

Participação das partes interessadas	Envolver as comunidades e outras partes interessadas na identificação e definição das prioridades das necessidades.
Avaliação dos riscos	Dar prioridade aos projetos com base na probabilidade e gravidade dos potenciais impactos climáticos e no nível de vulnerabilidade das comunidades afectadas.

O envolvimento das partes interessadas é crucial para o sucesso de qualquer projeto de adaptação. Assegura que o projeto responde a necessidades reais, desenvolve a apropriação local, reforça a capacidade de ação das populações marginais e aumenta a probabilidade de sustentabilidade. Os promotores de projetos podem envolver as partes interessadas através de vários métodos, incluindo workshops participativos, grupos de discussão, entrevistas, inquéritos e também redes sociais. A tabela seguinte propõe uma lista dos princípios mais importantes do envolvimento das partes interessadas na conceção de projetos de adaptação, com base em avaliações comparativas e experiências:

Envolvimento precoce	Incluir as partes interessadas desde o início do projeto para garantir que as suas necessidades e perspectivas são tidas em conta.
Inclusão	Envolver-se a um grupo diversificado de partes interessadas, incluindo comunidades locais, agências governamentais, ONG, sector privado e académico.
Multidirecional comunicação	Criar oportunidades para um diálogo aberto e para a partilha de informações entre a equipa do projeto e as partes interessadas.
Reforço das capacidades	Reforçar a capacidade das partes interessadas para participarem eficazmente no projeto.
Partilha de poder	Partilhar o poder de decisão com as partes interessadas para promover propriedade.
Criação de confiança	Promover a confiança e o respeito mútuo entre as partes interessadas.

Ciclo do projeto, critérios e prioridades de investimento: O ciclo do projeto engloba as várias fases por que passa um projeto, desde a sua apresentação, aprovação, início, execução e conclusão. O ciclo do projeto é diferente de um mecanismo de financiamento para outro. É importante que o promotor do projeto de adaptação compreenda e interiorize totalmente os requisitos do financiador climático ao qual pretende apresentar uma proposta. De facto, compreender o ciclo do projeto de um financiador como o Fundo Verde para o Clima é crucial para a conceção e implementação eficazes do projeto.

O ciclo do projeto de um financiador climático envolve normalmente várias fases distintas. Alguns fundos estão continuamente abertos, enquanto outros financiadores têm períodos distintos para a apresentação de propostas. As etapas específicas podem variar entre financiadores, bem como as suas prioridades, os instrumentos de financiamento utilizados, os seus critérios de investimento e os seus modelos de nota conceptual e/ou de proposta de financiamento. Todos estes aspectos devem ser tidos em conta.

Sessão 2 - O Fundo Verde para o Clima Desenvolvimento de propostas de adaptação

2.1. Introdução

O Fundo Verde para o Clima (FVC) é um fundo global criado para apoiar os esforços dos países em desenvolvimento na adaptação aos impactos das Mudanças climáticas. Para aceder a este financiamento vital, os proponentes de projetos devem desenvolver propostas de adaptação convincentes que estejam em conformidade com os objetivos e critérios do FVC.

O desenvolvimento de uma proposta de adaptação bem sucedida ao FVC requer uma compreensão profunda das prioridades do fundo, bem como um forte domínio das metodologias de desenvolvimento de projetos. Este curso irá equipá-lo com os conhecimentos e as competências necessárias para elaborar propostas com impacto que contribuam para o desenvolvimento da resiliência climática.

A sessão serve de base para a formação prática que se segue, centrada na elaboração da nota conceptual do FVC.

Os principais domínios de incidência desta sessão são os seguintes:

- Compreender o mandato e as prioridades do FVC
- Dominar o processo de candidatura e os requisitos do FVC
- Apresentação dos critérios de investimento do FVC
- Apresentação do modelo de documento de síntese do FVC
- Compreender o papel dos parceiros e dos principais intervenientes e como criar parcerias sólidas e o envolvimento dos intervenientes no processo de conceção dos projetos do FVC
- Introduzir o processo de transição da nota conceptual para as propostas de financiamento integral no contexto do FVC.

No final desta sessão, estará bem preparado para começar a redigir uma proposta do FVC e passar à fase prática na sessão seguinte. Para mais informações sobre o FVC, consulte o Curso Breve 4 desta série: *Fundamentos do Desenvolvimento de uma Fundamentação Climática*.

2.1. Objetivo de aprendizagem

Esta sessão do curso tem como objetivo dotar os participantes de conhecimentos e competências para compreender o mandato, os objetivos estratégicos e os critérios de investimento do FVC, compreender as janelas de financiamento e os critérios de elegibilidade do FVC, com enfoque na adaptação. A sessão também apresenta uma visão geral do ciclo do projeto do FVC e do processo de aprovação do projeto, os elementos-chave a dominar na preparação de uma nota conceptual do FVC e como fazer a transição da nota conceptual do FVC para as propostas de financiamento.

2.3. A missão do FVC, os critérios de investimento e os modelos

O Fundo Verde para o Clima (FVC) é um fundo global criado para apoiar os esforços dos países em desenvolvimento na adaptação aos impactos das Mudanças climáticas e na mitigação das emissões de gases com efeito de estufa. O seu principal objetivo é canalizar recursos financeiros significativos para os países que deles mais necessitam.

Para garantir que os fundos são afectados de forma eficaz, o FVC estabeleceu um conjunto de critérios de investimento. Estes critérios orientam o fundo na seleção de projetos que se alinham com a sua missão e têm o potencial de produzir um impacto significativo.

O FVC estabeleceu seis critérios de investimento fundamentais para orientar as suas decisões de financiamento e garantir que os recursos são atribuídos eficazmente a projetos que produzem um impacto significativo. Estes critérios são:

1. **Potencial de impacto:** O projeto deve demonstrar um impacto claro e mensurável na mitigação ou adaptação às Mudanças climáticas.
2. **Potencial de mudança de paradigma:** O projeto deve introduzir abordagens ou soluções inovadoras para enfrentar os desafios climáticos.
3. **Potencial de desenvolvimento sustentável:** O projeto deve contribuir para objetivos mais amplos de desenvolvimento sustentável.
4. **Necessidades do beneficiário:** O projeto deve dar prioridade ao apoio aos países e comunidades mais afectados pelas Mudanças climáticas.
5. **Apropriação e direção pelo país:** O projeto deve ser liderado e controlado pelo país-alvo.
6. **Eficiência e eficácia:** O projeto deve demonstrar uma boa relação custo-eficácia, sustentabilidade financeira e uma gestão sólida.

Ao aderir a estes critérios, os proponentes de projetos podem aumentar as suas hipóteses de garantir o financiamento do FVC e contribuir para a missão global do fundo.

O fundo fornece um [modelo](#) específico [de documento de síntese](#) e um [modelo de proposta de financiamento](#) para orientar os candidatos durante o processo de candidatura. Estes modelos descrevem as informações e o formato exigidos para cada secção da proposta. Para além dos URL, pode consultar a secção do anexo no final para obter os dois modelos.

GCF DOCUMENTATION PROJECTS

Concept Note

Project/Programme Title: _____


Country(ies): _____

National Designated Authority(ies) (NDA): _____

Accredited Entity(ies) (AE): _____

Date of first submission/ version number: [YYYY-MM-DD][V.0]

Date of current submission/ version number: [YYYY-MM-DD][V.0]



Please submit the completed form to fundingproposal@gcfund.org, using the following name convention in the subject line and file name: "CN-[Accredited Entity or Country]-YYYYMMDD"

GCF DOCUMENTATION PROJECTS

Funding Proposal

Project/Programme title: _____
Please indicate the project title. Ideally this should reference the country where the project/programme will be implemented and be less than 100 characters, approximately 10-15 words.

Country(ies): _____
List all the countries where the project/programme will be implemented.

Accredited Entity: _____
Indicate the Accredited Entity submitting this proposal.

Date of first submission: [YYYY/MM/DD]

Date of current submission: [YYYY/MM/DD]

Version number: [V.000]



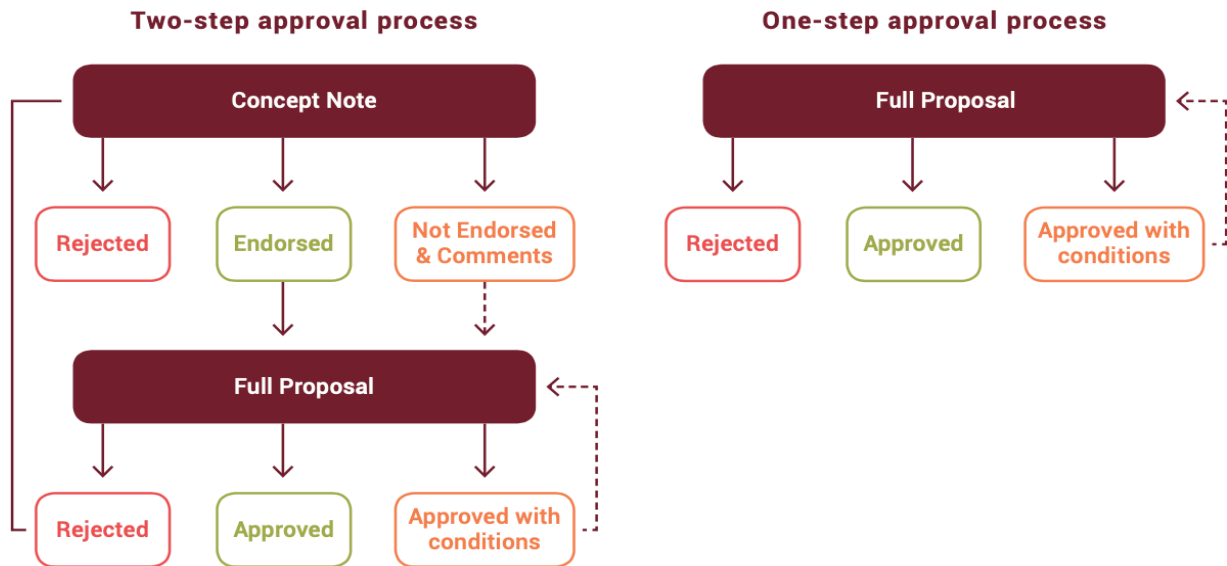
Embora o FVC ofereça modelos gerais, é essencial adaptar a sua proposta à janela de financiamento ou programa específico a que se está a candidatar. Algumas janelas de financiamento podem ter requisitos adicionais ou áreas de incidência específicas.

2.4. Visão geral do ciclo do projeto FVC e aprovação do projeto processo

O ciclo de projeto do FVC descreve as principais fases envolvidas num projeto, desde a sua conceção até à sua conclusão. O processo de aprovação do projeto é uma parte essencial deste ciclo.

De acordo com os procedimentos do FVC, existem dois ciclos independentes (ver figura abaixo) para a apresentação de propostas de financiamento:

- O **ciclo curto** (*processo de aprovação numa só etapa*) ocorre quando uma proposta de projeto completa é apresentada diretamente ao FVC.
- O **ciclo longo** (*processo de aprovação em duas fases*) ocorre quando uma nota conceptual de um projeto é primeiro submetida ao FVC para revisão e aprovação antes de passar à fase de proposta completa. Este é o ciclo recomendado pelo FVC.

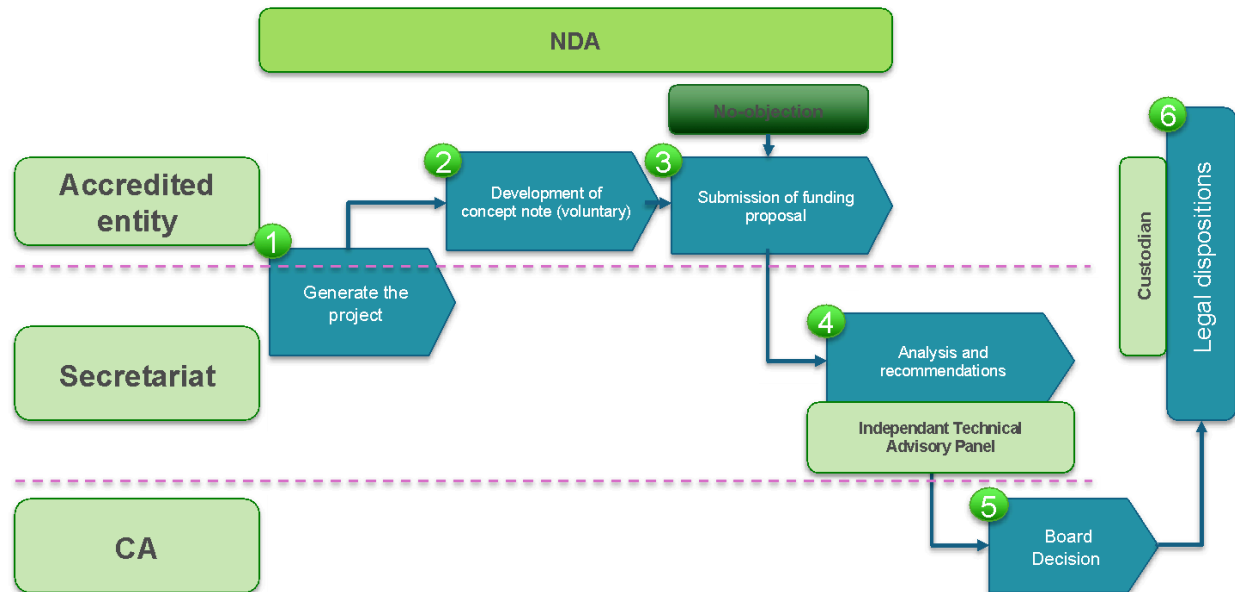


Source: adapted from GCF infographics.

Globalmente, o Ciclo de Projeto do FVC é apresentado da seguinte forma:

1. **Identificação e desenvolvimento de projetos** : Esta fase envolve a identificação de potenciais ideias de projetos , a realização de estudos de viabilidade e o desenvolvimento de notas conceituais.
2. **Elaboração da proposta**: Com base na nota conceptual, é preparada uma proposta de projeto completa, incluindo um orçamento detalhado, um plano de trabalho e um plano de acompanhamento e avaliação.
3. **Apresentação e revisão**: A proposta é submetida ao Secretariado do FVC para revisão inicial.
4. **Análise do Painel Consultivo Técnico Independente (ITAP)**: O ITAP efectua uma avaliação técnica da proposta.
5. **Aprovação do Conselho de Administração do FVC**: O Conselho de Administração do FVC toma a decisão final sobre a aprovação do projeto.
6. **Implementação do Projeto**: O projeto aprovado é implementado pela Entidade Acreditada (EA).
7. **Monitorização, avaliação e aprendizagem (MEL)**: Os progressos do projeto são acompanhados e as lições aprendidas são recolhidas.
8. **Encerramento**: O projeto é formalmente encerrado e são apresentados os relatórios finais.

Na prática, o processo de aprovação de projetos do FVC é rigoroso e envolve várias etapas (ver figura abaixo).



O processo descrito na figura acima envolve várias fases, desde o desenvolvimento do conceito inicial até à aprovação final do conselho de administração.

Fase 1: Elaboração do documento de síntese

- **Identificação do projeto:** Identificar um potencial projeto que se alinhe com as janelas de financiamento do FVC e as prioridades do país em matéria de Mudanças climáticas.
- **Preparação da nota conceptual:** Elaboração de um documento conciso que descreva os objetivos do projeto, os resultados esperados, os beneficiários-alvo e o orçamento preliminar.
- **Submissão:** Submeter a nota conceptual ao Secretariado do FVC para revisão inicial.

Fase 2: Revisão e reação do documento de síntese

- **Avaliação inicial:** O Secretariado do FVC efectua uma avaliação preliminar da nota conceptual para determinar o seu alinhamento com as prioridades estratégicas do fundo e os critérios de elegibilidade.
- **Provisão de feedback:** O FVC dá feedback ao proponente do projeto sobre os pontos fortes e fracos da nota conceptual, sugerindo potenciais melhorias.

Fase 3: Elaboração da proposta completa

- **Preparação da proposta:** Com base no feedback recebido, o proponente do projeto desenvolve uma proposta de financiamento abrangente, incluindo a conceção detalhada do projeto, o orçamento, o plano de execução, o quadro de monitorização e avaliação e as estratégias de gestão de riscos.

- **Recolha de dados:** Recolha dos dados e informações necessários para apoiar a proposta.
- **Consulta das partes interessadas:** Envolver as partes interessadas relevantes para garantir o seu contributo e apoio.

Fase 4: Apresentação e análise da proposta

- **Submissão:** Apresentação da proposta de financiamento completa ao Secretariado do FVC.
- **Triagem inicial:** O Secretariado efectua uma análise inicial para avaliar se a proposta está completa e se cumpre os requisitos do FVC.

Fase 5: Revisão técnica e diligência devida

- **Avaliação técnica:** O Secretariado do FVC efectua uma avaliação técnica detalhada da proposta, avaliando a sua viabilidade, salvaguardas ambientais e sociais, igualdade de género e impacto nas Mudanças climáticas.
- **Revisão do Painel Técnico Consultivo Independente (iTAP):** O iTAP fornece uma avaliação independente da proposta.
- **Diligência devida:** O FVC efectua a devida diligência sobre o proponente do projeto e os seus parceiros.

Fase 6: Aprovação do Conselho de Administração

- **Consideração do Conselho:** O Conselho do FVC analisa a proposta de projeto, considerando o seu alinhamento com as prioridades estratégicas do Fundo, a viabilidade financeira e as salvaguardas ambientais e sociais.
- **Aprovação ou rejeição:** O Conselho de Administração toma uma decisão final sobre a aprovação do projeto e a atribuição de fundos.

Além disso, note-se que as Autoridades Nacionais Designadas (AND) são entidades governamentais designadas pelos países para servirem de interface principal entre o país e o Fundo Verde para o Clima (FVC). Desempenham um papel fundamental na garantia de que os recursos do FVC estão alinhados com as prioridades climáticas nacionais e são efetivamente canalizados para um desenvolvimento com baixas emissões e resistente ao clima. Nos processos de desenvolvimento e aprovação de projetos, apoiam o desenvolvimento de propostas de projetos de elevada qualidade, fornecendo orientação e assistência técnica, analisam e aprovam as propostas de projetos antes da sua apresentação ao FVC e garantem que as propostas de projetos cumprem os critérios de elegibilidade do FVC e as prioridades nacionais.

Note-se também que o FVC oferece um processo simplificado para projetos mais pequenos que cumpram critérios específicos, denominado Processo de Aprovação Simplificado (SAP). Os proponentes do projeto podem tornar-se entidades acreditadas, o que lhes permite aceder diretamente ao financiamento do FVC sem passar por todo o processo de aprovação de cada projeto. O FVC incentiva o cofinanciamento de outras fontes para alavancar recursos adicionais para os projetos.

Finalmente, os requisitos específicos e os prazos para o processo de aprovação de projetos do FVC podem variar dependendo do tipo, dimensão e complexidade do projeto. É essencial consultar as diretrizes e procedimentos do FVC para obter as informações mais precisas e atualizadas.

2.5. Elementos-chave a dominar na preparação de um conceito do FVC note

Depois de analisar o modelo de nota conceptual do FVC, há três elementos-chave a dominar para conceber uma nota conceptual sólida e, posteriormente, uma proposta de financiamento. São eles a **fundamentação climática** (demonstrar como o projeto aborda diretamente os impactos das Mudanças climáticas e contribui para a criação de resiliência), a **teoria da mudança** (um roteiro que descreve como e porquê um conjunto específico de actividades conduzirá à obtenção de um resultado desejado) e a **integração da GESI** (integrar considerações de igualdade de género e inclusão social em todos os aspectos do ciclo do projeto, desde o planeamento e conceção até à implementação, monitorização, avaliação e aprendizagem).

2.5.1. Fundamentação climática no projeto design

Curso breve 4 desta série: *Fundamentals of Developing a Climate Rationale* for adaptation projects faz parte desta série de cinco cursos curtos. Recomenda-se vivamente ao facilitador e aos participantes que consultem os pacotes de materiais de formação do Curso Breve 4, de modo a compreenderem melhor o processo de desenvolvimento de uma fundamentação climática sólida, bem como a disponibilidade de diferentes ferramentas e abordagens utilizadas no acesso aos dados climáticos.

2.5.2. Teoria da Mudança (ToC) no projeto design

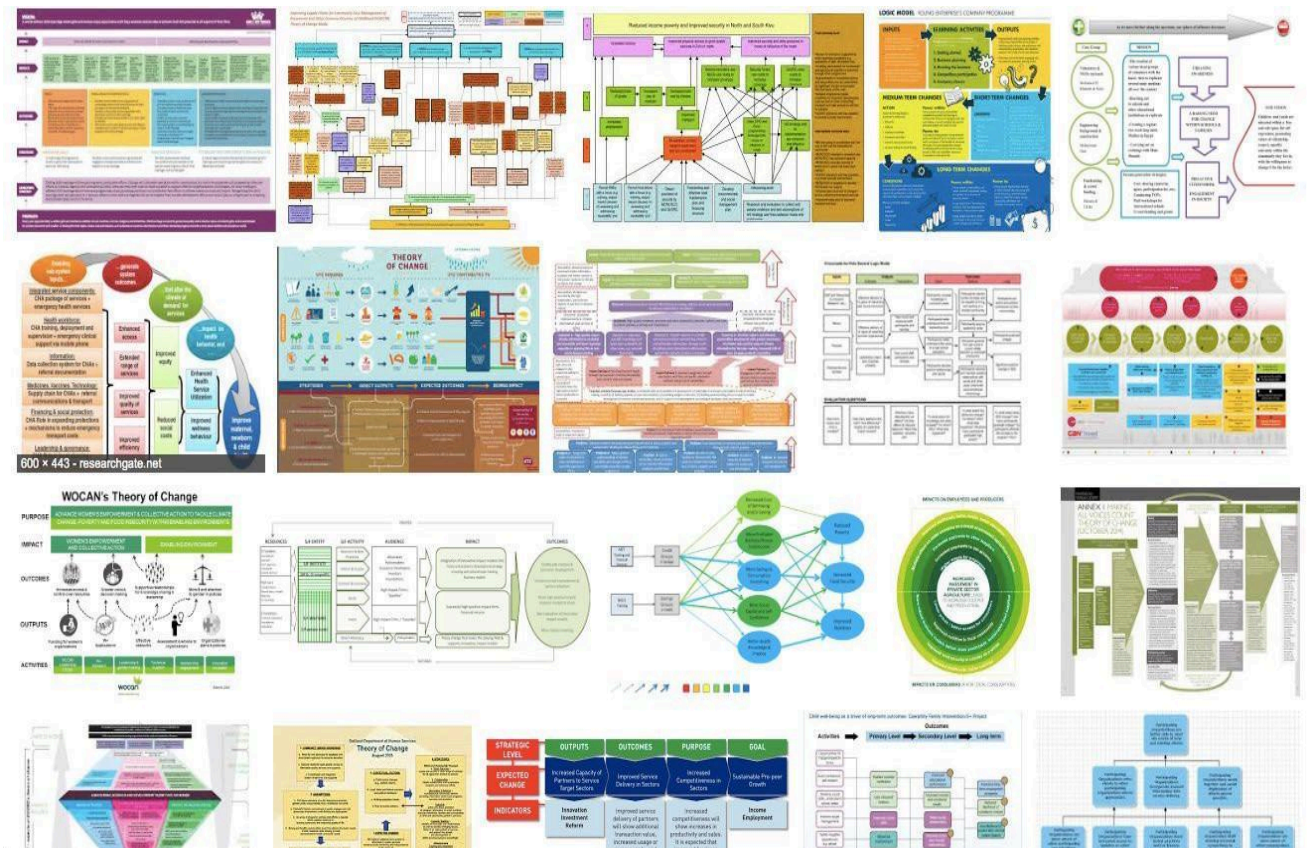
Uma ToC representa a declaração narrativa/gráfica que liga logicamente as actividades de um projeto com os resultados que são necessários alcançar para satisfazer a visão ou objetivo a longo prazo do projeto. Para o FVC, a ToC justifica a lógica do projeto e fornece informações sobre a forma como este serve para alterar a via de desenvolvimento para um desenvolvimento com baixas emissões de carbono e/ou resiliente às Mudanças climáticas, em conformidade com as suas metas e objetivos. Existe uma diferença entre a teoria da mudança e o Logframe clássico.

Em primeiro lugar, uma ToC apresenta o "quadro geral" e resume o trabalho a um **nível estratégico**, enquanto um quadro lógico ilustra uma compreensão do processo de mudança a **nível do programa (implementação)**. Por outras palavras, o Quadro Lógico é como uma lente microscópica que se aproxima de um caminho específico dentro da TOC.

Em segundo lugar, a ToC centra-se nos complexos processos sociais, económicos, políticos e institucionais que estão na base da mudança social. A ToC também mostra todos os diferentes caminhos que podem levar à mudança, mesmo que esses caminhos não estejam relacionados com o seu programa. É por isso que muitas ToCs acabam por ser representações gráficas oferecidas numa variedade de formas e feitios. Por outro lado, o Quadro Lógico, fiel ao seu nome, apresenta a intervenção de uma forma "lógica" e sequencial. Limpo e arrumado, onde "X leva a Y". Com o Quadro Lógico, apenas são representadas as componentes diretamente ligadas ao programa. É linear, o que significa que todas as actividades conduzem a produtos que conduzem a resultados e ao objetivo - não existem processos cíclicos ou ciclos de feedback.

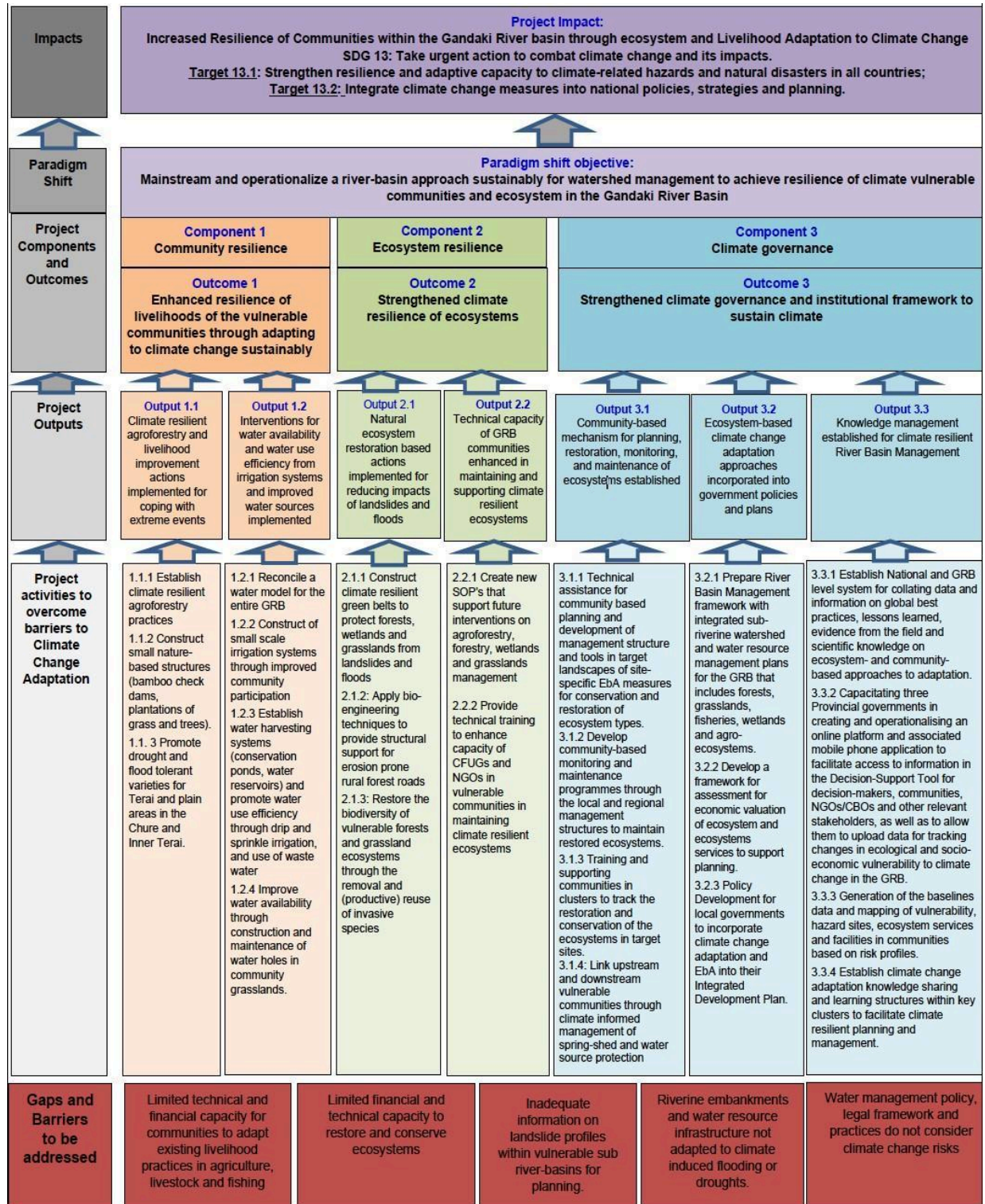
Em terceiro lugar, o desenvolvimento de uma ToC começa normalmente a partir do 'topo', com a identificação de um 'Grande Objetivo Audacioso e Cabeludo (BHAG)' e, em seguida, trabalha-se de trás para a frente para mapear os percursos dos resultados. Ao desenvolver a ToC, a pergunta que se faz é '**se fizermos X, então Y mudará porque...**'. Por outras palavras, o *Quadro Lógico normalmente não começa com o BHAG*, mas começa na 'base', descrevendo os inputs, actividades, outputs, etc., que conduzem ao objetivo. A pergunta que deve ser feita ao desenvolver um Quadro Lógico é: '**Se planearmos fazer X, então isto dará o resultado Y.**'

Seguem-se exemplos em que os ToC são compreendidos e apresentados:

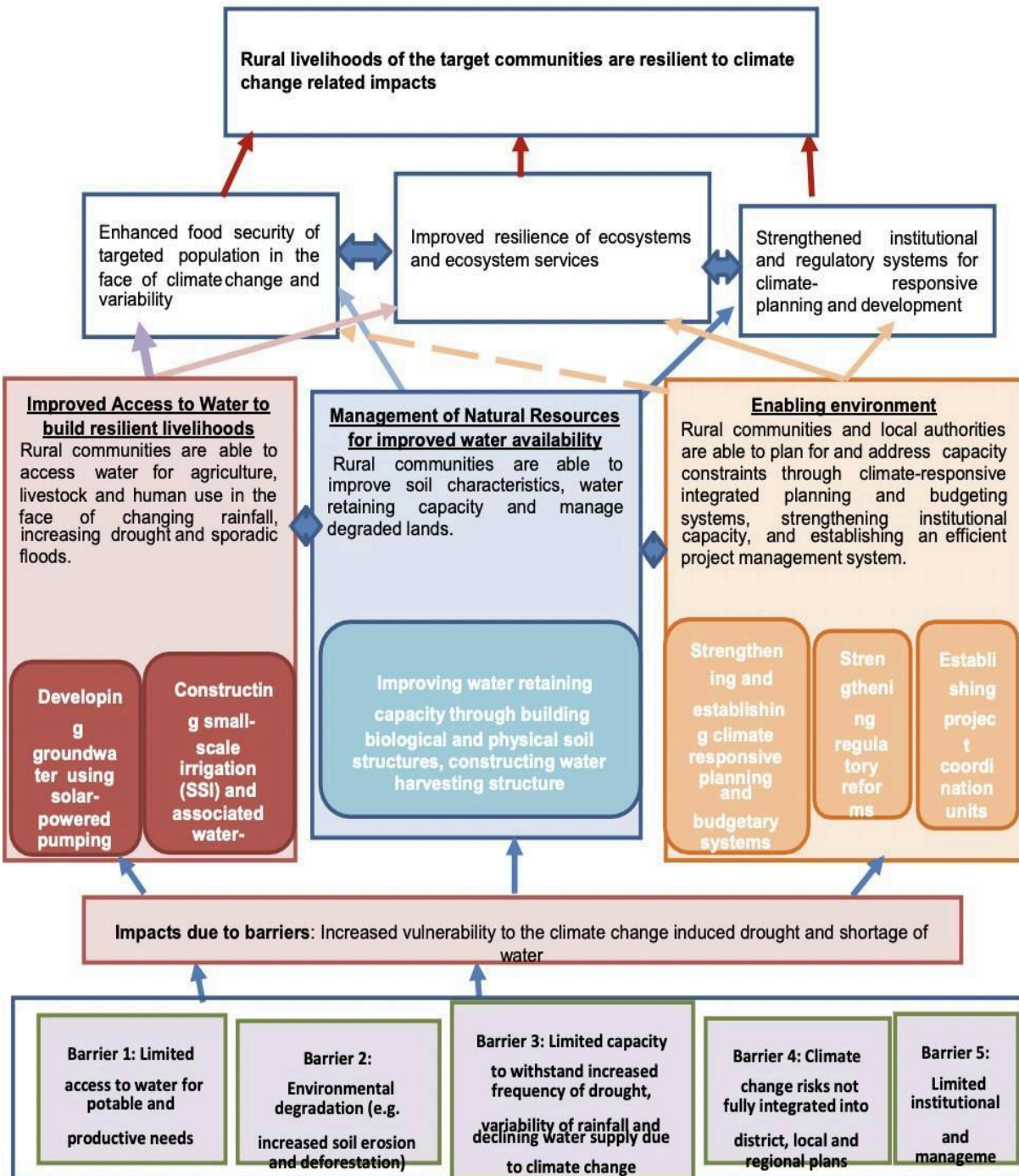


Dois exemplos de TOC's de projetos aprovados pelo FVC.

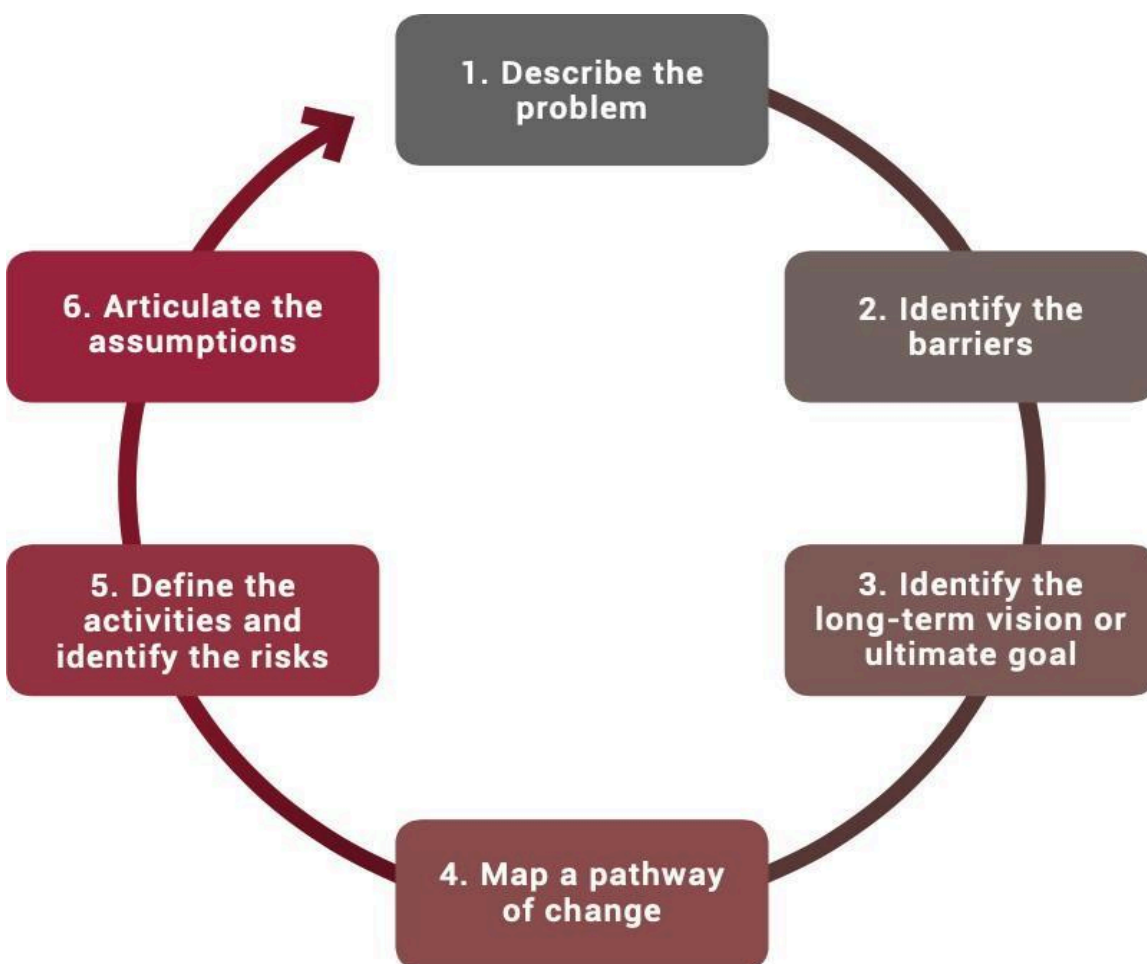
Exemplo 1: FVC FP131: Melhoria da resiliência climática das comunidades e ecossistemas vulneráveis na bacia do rio Gandaki, Nepal



Exemplo 2: F058: Responder ao risco crescente de seca: Reforço da capacidade de resistência das comunidades mais vulneráveis em função do género



Os principais passos para conceber uma ToC bem sucedida são



Etapa 1: Qual é o problema induzido pelo clima que o meu projeto pretende resolver?

Etapa 2: Que barreiras impedem que o meu problema induzido pelo clima seja resolvido sem intervenção adicional?

Etapa 3: Qual é a visão a longo prazo que o meu projeto pretende alcançar? Com base nas barreiras, é nesta fase que se explica como o projeto contribuirá para uma mudança para uma via de desenvolvimento com baixas emissões de carbono (relacionada com a mitigação) e/ou resiliente às Mudanças climáticas (relacionada com a adaptação). É imperativo que o objetivo final do projeto esteja alinhado com os objetivos nacionais.

Passo 4: Para que a minha visão a longo prazo se concretize, que resultados têm de ser alcançados? Trace uma via de mudança que ilustre as relações de causa e efeito entre a visão a longo prazo e os resultados.

Etapa 5: Que actividades tenho de realizar para que cada condição seja bem sucedida e para que se alcance o resultado que pretendo com este projeto? Que riscos potenciais podem ameaçar o êxito do projeto?
realização das actividades propostas?

Passo 6: Que pressupostos estou a fazer sobre o percurso de mudança que permitiriam que as actividades se traduzissem em resultados que contribuiriam para alcançar a visão a longo prazo?

A sessão 3 deste curso de curta duração centra-se na prática do desenvolvimento de uma Nota Conceptual do FVC como um todo, com enfoque nos elementos-chave da fundamentação climática, na Teoria da Mudança e na integração da GESI.

2.5.3. Integração do GESI/Plano de Ação para o FVC propostas

Curso breve 3 desta série: *Igualdade de Género e Inclusão Social (GESI) para o Financiamento do Clima* examina o GESI e o financiamento climático em detalhe significativo. Recomenda-se vivamente ao facilitador e aos participantes que examinem os materiais de formação desse curso de curta duração relacionados com os processos de integração do GESI e com o desenvolvimento de um Plano de Ação GESI sólido para a sua nota conceptual e proposta de financiamento.

Para além do pacote de materiais de formação GESI, recomenda-se ao facilitador e aos participantes o kit de ferramentas FVC sobre a [Integração do Género nos Projetos do Fundo Verde para o Clima](#), bem como a [avaliação do Género e o plano de ação: Anexo 8 das Propostas de Financiamento](#).



2.6. Transição da nota conceptual do FVC para o financiamento Propostas

A transição de uma nota conceptual para uma proposta de financiamento completa exige uma expansão significativa do pormenor e da análise. Enquanto a nota conceptual fornece uma visão geral de alto nível, a proposta de financiamento aprofunda as especificidades do projeto.

2.6.1. Considerações sobre a transição para

Esta secção fornece informações sobre as considerações necessárias para a transição de uma nota conceptual para uma proposta de financiamento FVC completa.

1	Incorporar Feedback do FVC	Analisar cuidadosamente o feedback recebido sobre a nota conceptual e incorporar as Mudanças necessárias.
2	Conceção pormenorizada do projeto	Desenvolver uma conceção global do projeto, incluindo objetivos, actividades, realizações, resultados e impacto.
3	Metodologia robusta	Descrever as metodologias e abordagens específicas a utilizar na execução do projeto.
4	Análise financeira	Preparar um orçamento pormenorizado, incluindo os custos de pessoal, equipamentos, materiais e outras despesas.
5	Avaliação dos riscos	Identificar os riscos potenciais e desenvolver estratégias de mitigação.
6	Quadro de controlo e avaliação	Desenvolver um plano abrangente para acompanhar o progresso do projeto e medir o impacto.

7	Parceria e Envolvimento das partes interessadas	Reforçar parcerias e delinear partes interessadas planos de envolvimento.
8	Plano de Ação para a Igualdade de Género e a Inclusão Social (GESI)	Desenvolver um plano detalhado para integrar o GESI no projeto. Não é necessário propor um Plano de Ação GESI na fase do Documento de síntese. No entanto, deve descrever brevemente como as dimensões do GESI serão incorporadas na fase de desenvolvimento do projeto e na sua implementação.
9	Ambiente e Salvaguardas sociais	Conduzir a exaustiva avaliação e desenvolver EES medidas de mitigação.
10	Sustentabilidade financeira	Definir estratégias para assegurar a viabilidade financeira do projeto a longo prazo.

Quanto mais sólido for o seu documento de síntese, mais fácil será o desenvolvimento da sua proposta de financiamento.

Coisas a considerar:

- Uma nota conceptual bem elaborada serve como uma base sólida para o desenvolvimento de uma proposta de financiamento do FVC abrangente e convincente. Articula claramente as metas, os objetivos e os resultados esperados do projeto, o que fornece uma orientação clara para o desenvolvimento de uma proposta completa.
- Uma nota conceptual ajuda a identificar as principais partes interessadas e as suas funções. Esta informação pode ser alargada na proposta de financiamento para demonstrar o envolvimento e o apoio das partes interessadas.
- Um estudo de viabilidade preliminar (ou estudo de pré-viabilidade) realizado para a nota conceptual pode ser aprofundado na proposta de financiamento, fornecendo uma análise mais abrangente, através de um estudo de viabilidade técnica abrangente.
- O documento de síntese pode identificar potenciais fontes de financiamento e parcerias, que podem ser exploradas e alargadas na proposta de financiamento. Mesmo numa fase posterior do desenvolvimento do projeto, podem ser mobilizados novos co-financiadores. De facto, os fundos de financiamento do FVC são frequentemente utilizados como alavanca para a mobilização de financiamento adicional ou mesmo para o envolvimento do sector privado.
- O desenvolvimento de um documento de síntese ajuda a estabelecer um calendário para o projeto, que pode ser aperfeiçoado e detalhado na proposta de financiamento.
- A identificação inicial dos riscos no documento de síntese pode ser alargada a um plano global de gestão dos riscos para a proposta de financiamento.
- Ao estabelecer uma base sólida com uma nota conceptual bem desenvolvida, os proponentes do projeto podem poupar tempo e recursos na transição para a proposta de financiamento completa. Além disso, aumenta as hipóteses de garantir o financiamento, demonstrando uma compreensão clara do projeto e do seu potencial impacto.

Para sua consideração, as duas últimas versões em uso da [Nota de Conceito do FVC](#) e da [Proposta de Fundo do FVC](#) encontram-se nos anexos deste manual do curso de curta duração.

2.6.2. O Mecanismo de Preparação de Projetos do FVC (MPP)

O Fundo Verde para o Clima (FVC) reconhece que os países em desenvolvimento podem enfrentar limitações de capacidade na elaboração de propostas de financiamento do clima. Para resolver este problema, o FVC presta assistência financeira e técnica através do **Mecanismo de Preparação de Projetos (MPP)**.

As entidades acreditadas podem apresentar uma candidatura ao PPF ao Secretariado do FVC. Se forem aprovadas, recebem apoio financeiro e técnico para preparar uma proposta de financiamento completa. A proposta preparada é então submetida à apreciação do FVC. Os promotores de projetos podem estabelecer parcerias com as AEs e as DAEs para beneficiarem deste mecanismo para os seus projetos .

O PPF tem por objetivo:

- Melhorar a qualidade das propostas de projetos apresentadas ao FVC
- Aumentar o número de propostas bem sucedidas de países em desenvolvimento
- Reforçar a capacidade dos países em desenvolvimento para acederem e gerirem o

financiamento da luta contra as Mudanças climáticas Características principais do PPF:

- **Apoio financeiro:** Disponibiliza até 1,5 milhões de dólares por candidatura para actividades de preparação de projetos .
- **Assistência técnica:** Oferece conhecimentos especializados na conceção de projetos , modelação financeira e outras áreas relevantes.
- **Elegibilidade:** Aberto a Entidades Acreditadas (AEs) e Entidades de Acesso Direto (DAEs).
- **Concentração nos pequenos projetos :** Dá prioridade ao apoio a micro e pequenos projetos .

Sessão 3 - Sessão prática sobre a concepção dos documentos de síntese e das propostas de financiamento do FVC

3.1. Introdução

Uma nota conceptual do FVC bem elaborada é a base para uma proposta de projeto bem sucedida. Esta sessão prática tem como objetivo dotar os participantes dos conhecimentos e competências essenciais para desenvolver notas conceptuais convincentes que se alinham com as prioridades do FVC e aumentam as hipóteses de garantir o financiamento.

Na verdade, a nota conceptual apresenta um resumo de um projeto/programa proposto ao FVC, a fim de receber feedback do Secretariado sobre se o conceito está alinhado com os objetivos, políticas e critérios de investimento do FVC. O feedback fornecerá informações para desenvolver e reforçar a ideia do projeto/programa.

O documento de síntese não é obrigatório, mas é fortemente encorajado para promover um feedback precoce do Secretariado do FVC, para se integrar no Mecanismo de Preparação de Projetos (PPF) e para permitir um processo de revisão mais rápido.

Esta sessão apresenta sucessivamente:

- Modelo de documento de síntese do Fundo Verde para o Clima
- Orientações para a redação do documento de síntese do FVC, secção por secção,
- Melhores práticas e recomendações para a aplicação dos critérios de investimento do FVC.

3.2. Objetivo de aprendizagem

Com base na sessão anterior, a Sessão 5.3 examina a preparação de Notas Conceptuais e Propostas de Financiamento do FVC. O processo de desenvolvimento da fundamentação climática para as propostas do FVC baseia-se nas ferramentas e nos estudos de caso apresentados no Curso Breve 4.

Esta sessão apresenta as melhores práticas na abordagem de cada um dos seis (6) critérios de investimento (potencial de impacto, potencial de mudança de paradigma, potencial de desenvolvimento sustentável, necessidades do beneficiário, apropriação pelo país, eficiência e eficácia) através da apresentação de exemplos de propostas aprovadas e da forma como os promotores do projeto responderam a esses critérios. A integração da igualdade de género e da inclusão social (GESI) nas propostas baseia-se nas ferramentas e nos estudos de caso apresentados no curso de curta duração 3. Foram apresentadas as questões relativas às disposições institucionais e à forma como deve ser organizado o envolvimento entre as Autoridades Nacionais Designadas, as Entidades Acreditadas e outras partes interessadas relevantes nos países.

Para mais informações sobre a estrutura e as funções das principais entidades, como a NDA, a AE, etc., consultar o Curso Breve 1: *Noções básicas de financiamento do clima no contexto dos PMD*.

3.3. Orientações para a redação das secções do documento de síntese do FVC

O quadro seguinte resume as diferentes secções do modelo de documento de síntese do FVC.

Documento de síntese (versão 2.2 de março de 2016)

A. Resumo do projeto/programa (1 página)

B. Informações sobre o projeto/programa (8 páginas)

- B1. Antecedentes e base de referência (2 páginas)
- B2. Descrição do projeto/programa (3 páginas)
- B3. Desempenho esperado face aos critérios de investimento do FVC (3 páginas)
- B4. Consulta e envolvimento das partes interessadas (1/2 página)

C. Informações financeiras indicativas (3 páginas)

- C1. Financiamento por componente (1/2 página)
- C2. Justificação do pedido de financiamento (1 página)
- C3. Sustentabilidade e reprodutibilidade (1 página)

D. Apêndices

- Mapa de localização
- Diagrama da Teoria da Mudança
- Modelo económico e financeiro com os principais pressupostos e potenciais cenários de stress
- Estudo de pré-viabilidade
- Relatório de avaliação de outros projetos
- Resultados da análise dos riscos ambientais e sociais

3.3.1. Secção A: Projeto/Programa resumo

A **secção A** do documento de síntese destina-se a obter informações essenciais sobre o projeto ou programa proposto.

Na secção A.1. do modelo, selecione se a sua ideia é um projeto ou um programa. Se a proposta se referir a uma combinação de vários projetos, então é considerada um programa. Embora tanto os projetos como os programas sejam realizados para atingir objetivos específicos, diferem em termos de âmbito, complexidade e duração. Essencialmente, um programa é uma coleção de projetos relacionados que trabalham em conjunto para atingir um objetivo estratégico maior.

Na secção A.5, onde é pedido que indique as áreas de resultados para o projeto/programa, assinale as áreas de resultados que são aplicáveis ao projeto/programa proposto. Tal como indicado na lista de controlo, existem oito domínios de resultados: quatro de mitigação e quatro de adaptação. Em alguns casos,

os projetos /programas propostos podem gerar múltiplos benefícios conexos e vários domínios de resultados. Por exemplo, os esforços para investir em cidades compatíveis com o clima podem ter impactos relacionados com a redução das emissões provenientes dos transportes com baixas emissões, bem como dos edifícios, cidades, indústrias e aparelhos. Podem também apoiar a adaptação, nomeadamente ajudando a reforçar a resiliência dos meios de subsistência das pessoas e comunidades urbanas e a aumentar a resiliência das infra-estruturas urbanas. Neste caso, pode ser assinalado um total de quatro casas. Se a proposta tiver como objetivo abranger áreas de resultados tanto de mitigação como de adaptação, é considerada um projeto/programa transversal. Consultar os Quadros de Medição de Desempenho do FVC.

No ponto A.7., relativo ao impacto estimado da adaptação, espera-se que forneça o número total previsto de beneficiários diretos e indirectos e o número de beneficiários em relação à população total.

No final, a parte mais importante desta secção A do modelo de documento de síntese é a A.19, onde se pede que apresente a fundamentação, os objetivos e a abordagem do projeto/programa em, no máximo, 100 palavras. Na abordagem de implementação, é importante destacar a forma como os potenciais beneficiários e as comunidades locais irão participar no projeto, apropriar-se dele e assegurar a sustentabilidade dos resultados.

3.3.2. Secção B: Projeto/Programa Informações

Esta é a secção mais importante do documento de síntese. A secção B destina-se a recolher informações para avaliar a viabilidade económica e técnica do projeto/programa proposto. É importante fornecer pormenores relevantes, respeitando o número máximo de páginas.

B.1. Contexto e linha de base: Descrever as vulnerabilidades e os impactes climáticos, o perfil das emissões de gases com efeito de estufa e as necessidades de mitigação e adaptação que se espera que a intervenção prospetiva venha a abordar. Indicar o modo como o projeto está alinhado com as prioridades nacionais do país e o nível de apropriação que o país assumirá na execução do projeto/programa. Explicar a contribuição do projeto/programa para as estratégias climáticas nacionais e outros planos, como as acções de mitigação adequadas a nível nacional, os planos nacionais de adaptação ou equivalentes. Descrever as prioridades identificadas nestes documentos que o projeto proposto pretende abordar e/ou melhorar. Descrever as principais causas e obstáculos (sociais, de género, fiscais, regulamentares, tecnológicos, financeiros, ambientais, institucionais, etc.) que devem ser abordados. Se for caso disso, e em especial no caso de propostas do sector privado, descrever as principais características e a dinâmica do sector ou mercado em que o projeto/programa irá operar.

B.2. Descrição do projeto/programa (incluindo objetivos): Descrever o conjunto esperado de componentes/resultados e subcomponentes/actividades para abordar as barreiras acima identificadas que conduzirão aos resultados esperados. Em termos de fundamentação, descrever a teoria da mudança e fornecer informações sobre a forma como esta serve para mudar a trajetória de desenvolvimento para um

mais baixas emissões e/ou resilientes às Mudanças climáticas, em conformidade com as metas e objetivos do FVC. Explicar a lógica climática, descrevendo os benefícios do investimento proposto relativamente às consequências da não realização de quaisquer investimentos. Descrever de que forma as actividades da proposta são coerentes com os quadros regulamentares e jurídicos nacionais, se aplicável. Descrever de que forma a(s) entidade(s) acreditada(s) está(ão) bem colocada(s) para realizar as actividades planeadas e quais serão os acordos de implementação com a(s) entidade(s) executora(s) e outros parceiros relevantes. Fornecer uma breve panorâmica dos principais riscos financeiros e operacionais e de quaisquer medidas de mitigação identificadas nesta fase.

B.3. Resultados esperados do projeto em conformidade com os critérios de investimento do FVC:

Fornecer informações que permitam compreender o desempenho esperado do projeto/programa em relação aos critérios de investimento do FVC, nomeadamente: potencial de impacto; mudança de paradigma; desenvolvimento sustentável; necessidades dos destinatários; apropriação pelo país; e eficiência e eficácia. As entidades acreditadas devem fornecer uma breve descrição dos impactos esperados do projeto/programa proposto, em conformidade com estes critérios. Por exemplo, os indicadores devem ter valores específicos (por exemplo, 5 milhões de t CO₂eq a reduzir ou evitar, ou 500 000 beneficiários diretos esperados) sempre que possível. O Quadro de Investimento do FVC também inclui subcritérios específicos da atividade e factores de avaliação indicativos que podem ou não ser aplicáveis ou relevantes para o projeto/programa proposto. Espera-se que as entidades acreditadas respondam aos seis critérios de investimento, mas apenas aos subcritérios e factores de avaliação indicativos aplicáveis e relevantes.

Uma explicação detalhada de cada critério do *Quadro de Investimento* do FVC é fornecida na tabela abaixo. *Fonte:* [Guia do Utilizador da Nota Conceptual do FVC](#)

Critérios	Orientações do FVC
Potencial de impacto	<p>Especificar o impacto da mitigação e/ou adaptação às Mudanças climáticas. O Quadro de Investimento do FVC tem quatro indicadores principais aos quais cada nota conceptual deve responder, dois dos quais estão contidos na subsecção do potencial de impacto, incluindo</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Indicador principal de mitigação: Total de toneladas de eq. CO₂ a evitar ou reduzir por ano ▪ Indicador principal de adaptação: Número total previsto de projetos diretos e beneficiários indirectos e número de beneficiários em relação à população total (por exemplo, total de vidas a salvar de perturbações devidas a catástrofes relacionadas com o clima) <p>Deve ser fornecida a metodologia utilizada para calcular os indicadores e valores acima referidos. O <i>Quadro de Investimento</i> do FVC especifica possíveis factores de avaliação indicativos que podem ajudar as entidades a quantificar o potencial de impacto. Por exemplo, uma energia renovável</p>

	<p>O projeto/programa pode querer fornecer a redução esperada de megawatts em resultado da capacidade de energia com baixas emissões instalada, gerada e/ou reabilitada. Isto é coerente com um fator de avaliação indicativo no âmbito do Quadro de Investimento, que contém uma série de factores de mitigação e adaptação a considerar.</p> <p>Para além dos indicadores principais acima referidos, as entidades acreditadas são encorajadas a fornecer valores específicos para outros indicadores que considerem relevantes. As entidades acreditadas podem também desejar complementar o conceito com informações mais qualitativas, tais como o grau em que a atividade proposta evita a dependência de infra-estruturas de longa duração e com elevadas emissões (mitigação) ou de infra-estruturas de longa duração relacionadas com o clima (adaptação). Por conseguinte, a entidade acreditada tem uma margem de manobra significativa para responder a factores quantitativos e qualitativos que reforcem a sua nota conceptual.</p> <p>Por último, a entidade acreditada deve fornecer um parâmetro de referência num contexto comparável (por exemplo, país, sector e/ou tecnologia) com o qual o(s) indicador(es) possa(m) ser comparado(s).</p>
<p>2. Mudança de paradigma potencial de mudança de paradigma</p>	<p>Em termos de mudança de paradigma, o documento de síntese pode destacar um ou vários dos factores a seguir indicados. Fornecer as estimativas e os pormenores dos factores abaixo indicados e especificar outros factores pertinentes.</p> <p>Inovação: as ideias ou elementos inovadores devem ser destacados e descritos. Por exemplo, a promoção de novos segmentos de mercado, a criação de modelos empresariais e/ou o desenvolvimento ou a adoção de novas tecnologias. A inovação é específica do contexto, pelo que o documento de síntese deve especificar as circunstâncias em que a inovação tem lugar.</p> <p>Potencial de expansão e reprodução (por exemplo, múltiplos da dimensão do impacto inicial) tanto para a mitigação como para a adaptação: o documento de síntese deve apresentar valores específicos para a expansão e reprodução (por exemplo, uma central hidroelétrica de 30 megawatts que pode ser reproduzida em quatro locais específicos diferentes na região). Uma proposta com um elevado potencial de expansão, por exemplo, um sistema de alerta precoce para uma província individual que pode ser expandido para várias províncias vizinhas, deve apresentar um plano concreto para o fazer. Uma proposta com elevado potencial de reprodução, por exemplo, uma central hidroelétrica numa região com vários locais potenciais identificados num estudo técnico de apoio, deve também apresentar oportunidades específicas de reprodução que possam ser exploradas. Aumento de escala e reprodução</p>

	<p>O potencial terá um número que representa os múltiplos da dimensão do impacto inicial, combinado com uma justificação de apoio.</p> <p>Potencial de conhecimento e aprendizagem: deve ser destacado qualquer potencial de partilha de conhecimentos ou de aprendizagem a nível de projeto ou institucional. Por exemplo, se o projeto/programa gerar ensinamentos úteis, deve ser elaborado um plano que especifique como esses ensinamentos podem ser captados e partilhados com outros indivíduos, projetos ou instituições, nomeadamente através do acompanhamento e da avaliação do projeto/programa.</p> <p>Contribuição para a criação de um ambiente propício: deve ser destacada a sustentabilidade dos efeitos e resultados para além da conclusão da intervenção. O documento de síntese pode descrever as disposições que prevêm a continuação a longo prazo e financeiramente sustentável dos principais resultados e actividades. Nos casos em que as actividades planeadas não geram reflexos financeiros, é necessária uma explicação exaustiva da sustentabilidade financeira a longo prazo. As entidades acreditadas podem também querer destacar os aspectos de desenvolvimento e transformação do mercado em que o projeto/programa cria novos mercados e actividades empresariais a nível local, nacional ou internacional. Se o projeto/programa abordar ou eliminar barreiras sistemáticas às soluções de baixo carbono e resilientes às Mudanças climáticas, ou alterar os incentivos reduzindo os custos e os riscos, estes aspectos podem ser destacados.</p> <p>Contribuição para o quadro regulamentar e as políticas: se o projeto/programa contribuir para a evolução dos quadros regulamentares ou jurídicos nacionais/locais e se for de esperar que traga benefícios significativos a este respeito, é favor especificar. É de especial interesse a alteração ou o alinhamento dos incentivos para promover o investimento no desenvolvimento com baixas emissões ou resistente às Mudanças climáticas e/ou a integração das considerações relativas às Mudanças climáticas nas políticas e nos quadros regulamentares a todos os níveis de decisão.</p> <p>Contribuição global para vias de desenvolvimento resilientes às Mudanças climáticas coerentes com as estratégias e planos de adaptação às Mudanças climáticas de um país: mostrar em que medida o programa ou projeto reduz os riscos propostos de investimento em tecnologias e estratégias que promovem a resiliência climática nos países em desenvolvimento.</p>
<p>3. Potencial de desenvolvimento sustentável</p>	<p>Proporcionar os co-benefícios ambientais, sociais, sanitários e económicos económicos. Também fornecer os sensíveis ao género</p>

impacto no desenvolvimento, que terá por objetivo reduzir as desigualdades de género nos impactos das Mudanças climáticas. Estes co-benefícios e impactos positivos mais amplos podem ser extraídos de uma análise económica das actividades propostas e podem ser reforçados com factores mais qualitativos. Tal como acontece com os indicadores de potencial de impacto numa subsecção anterior, os indicadores quantitativos de potencial de desenvolvimento sustentável são bem-vindos e devem ser apoiados por uma análise ou estudo. A metodologia de cálculo também deve ser fornecida. Entre os exemplos de indicadores de desenvolvimento sustentável contam-se os seguintes:

- Co-benefícios económicos
 - Número total de empregos criados
 - Montante da poupança em moeda estrangeira
 - Redução do montante dos défices orçamentais do Estado

- Co-benefícios sociais
 - Melhoria do acesso à educação
 - Melhoria da regulamentação ou preservação cultural
 - Melhoria da saúde e da segurança

- Co-benefícios ambientais
 - Melhoria da qualidade do ar e/ou da água
 - Melhoria da qualidade do solo
 - Melhoria da biodiversidade e dos serviços ecossistémicos

- Impacto do desenvolvimento sensível ao género
 - Proporção de homens e mulheres nos empregos criados
 - A proposta deve explicar de que forma as actividades do projeto irão responder às necessidades das mulheres e dos homens, a fim de corrigir as desigualdades preexistentes. As entidades acreditadas são fortemente encorajadas a criar projetos /programas alinhados com os objetivos da *Política de Género* do FVC, que incluem
 - a) Obter resultados maiores, mais eficazes, sustentáveis e equitativos em matéria de Mudanças climáticas; e
 - b) Aumentar a resiliência e a capacidade de resposta das mulheres e dos homens às Mudanças climáticas; e
 - c) Abordar e atenuar os riscos potenciais para as mulheres e os homens nos projetos ; e

	<p>d) Ajudar a reduzir as disparidades entre homens e mulheres no que respeita às vulnerabilidades sociais, económicas e ambientais agravadas pelas Mudanças climáticas.</p> <p>As entidades acreditadas podem propor os seus próprios indicadores que realcem o potencial de desenvolvimento sustentável do projeto/programa. Para além dos indicadores acima referidos e de quaisquer outros indicadores incluídos, uma narrativa sólida dos co-benefícios esperados pode também complementar e contextualizar melhor o documento de síntese.</p>
<p>4. Necessidades do beneficiário</p>	<p>Descrever a escala e a intensidade da vulnerabilidade do país e dos grupos beneficiários e explicar como o projeto/programa responde às necessidades identificadas. Os exemplos incluem:</p> <p>Vulnerabilidade do país e dos grupos beneficiários (apenas adaptação): abordar a escala e a intensidade da exposição aos riscos climáticos para o país e os grupos beneficiários, o que pode incluir a exposição das pessoas, dos activos sociais ou económicos ou do capital aos riscos decorrentes das Mudanças climáticas. A exposição pode ser expressa em termos de dimensão da população e/ou dos activos sociais ou económicos ou do capital. As actividades propostas podem apoiar grupos beneficiários específicos identificados como particularmente vulneráveis nas estratégias nacionais em matéria de clima ou de desenvolvimento, que devem ser destacados com a devida desagregação por sexo.</p> <p>Nível de desenvolvimento económico e social do país e da população afetada: descrever o nível de desenvolvimento social e económico (incluindo o nível de rendimento) do país e da população-alvo. Exemplos de população-alvo podem incluir minorias, deficientes, idosos, crianças, mulheres chefes de família, povos indígenas ou outros.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ausência de fontes alternativas de financiamento: descrever as barreiras que criaram a falta de fontes de financiamento alternativas para o projeto/programa. ▪ Necessidades de reforço das instituições e da execução capacidade: descrever as oportunidades para reforçar a capacidade institucional e de execução das instituições pertinentes.
<p>5. Propriedade do país</p>	<p>A apropriação pelo país é fundamental para todas as notas conceptuais apresentadas ao FVC. Fornecer informações pormenorizadas sobre os factores abaixo indicados, bem como sobre outros factores relevantes:</p> <p>Coerência e alinhamento com a estratégia e as prioridades nacionais em matéria de clima, bem como com outras políticas existentes: especificar a forma como os seus objetivos estão alinhados com as prioridades da estratégia nacional em matéria de clima do país</p>

	<p>estratégia climática nacional. As entidades acreditadas podem fazer referência a acções de mitigação adequadas a nível nacional (NAMA), planos nacionais de adaptação (PNA), avaliações das necessidades tecnológicas (ANT) ou outros, conforme adequado. Descreva também o grau em que a atividade é apoiada pelo quadro político e institucional de um país, ou inclui mudanças políticas ou institucionais.</p> <p>Capacidade de execução das entidades acreditadas ou das entidades executoras: fornecer uma breve descrição das entidades acreditadas ou executoras (por exemplo, promotores locais, parceiros e prestadores de serviços) e dos papéis que estas entidades irão desempenhar, respetivamente. Podem ser indicados os antecedentes e a experiência relevante das entidades em circunstâncias semelhantes ou relevantes do projeto/programa.</p> <p>Processo de envolvimento das partes interessadas e reacções recebidas das organizações da sociedade civil e de outras partes interessadas relevantes: salientar o processo consultivo na descrição da apropriação nacional, tanto com a autoridade nacional designada relevante como com o grupo mais vasto de partes interessadas.</p>
<p>6. Eficiência e eficácia</p>	<p>A análise económica e financeira é o principal motor do critério de eficiência e eficácia, e o documento de síntese deve demonstrar uma forte relação custo-eficácia e solidez financeira. A eficiência e a eficácia da estrutura financeira proposta são particularmente importantes, uma vez que o financiamento solicitado deve corresponder ao montante necessário e à forma adequada (ou seja, o instrumento financeiro proposto) para viabilizar o projeto/programa, mas não mais do que isso. A eficiência e a eficácia incluem dois indicadores essenciais de mitigação.</p> <p>Fornecer valores e justificações de apoio, incluindo a metodologia de cálculo e citações de estudos relevantes, para estes indicadores principais (se aplicável):</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Custo estimado por tCO₂ eq. (custo total do investimento/redução prevista das emissões durante o tempo de vida) ▪ Volume previsto de financiamento a mobilizar em resultado de o financiamento do FVC, desagregado por fontes públicas e privadas <p>Em geral, a análise económica e financeira, incluindo um modelo financeiro, se aplicável, deve orientar a preparação da resposta</p>

	<p>para este critério. As entidades acreditadas podem especificar os seguintes factores como relevantes, incluindo:</p> <p>Adequação financeira e carácter adequado da concessionalidade: juntamente com o modelo e a análise financeiros, especificar de que forma a estrutura financeira proposta (montante de financiamento, instrumento financeiro, duração e prazo) é adequada e razoável e demonstrar ainda que a estrutura proporciona a concessionalidade adequada para tornar a proposta viável.</p> <p>Montante do cofinanciamento: o rácio de cofinanciamento (montante total do investimento do FVC em percentagem do projeto) deve ser apresentado e detalhado. Para projetos /programas que não possam mobilizar um nível significativo de cofinanciamento inicial, a entidade acreditada pode, em vez disso, demonstrar um nível significativo de investimento indireto ou a longo prazo mobilizado em resultado das actividades propostas.</p> <p>Viabilidade financeira e outros indicadores financeiros: os indicadores de especial interesse incluem a taxa de rentabilidade económica (com e sem o projeto) e a taxa de rentabilidade financeira (com e sem o apoio do FVC). Podem ser fornecidos outros indicadores financeiros, incluindo o rácio de cobertura do serviço da dívida, se for caso disso. Uma descrição da solidez financeira a longo prazo, para além da intervenção do FVC, pode também ser útil para o leitor.</p> <p>Aplicação das melhores práticas e grau de inovação: uma explicação da forma como as melhores tecnologias disponíveis e/ou as melhores práticas são consideradas e aplicadas. As melhores práticas podem também assumir a forma de conhecimentos autóctones.</p>
--	--

3.3.3. Secção C: Informações financeiras indicativas

A secção C apresenta uma panorâmica das informações relativas ao financiamento/custo, tanto para o montante solicitado do FVC como para o montante de cofinanciamento. O FVC utiliza seis instrumentos financeiros: subvenções, subvenções reembolsáveis, empréstimos privilegiados, empréstimos subordinados, garantias e investimentos de capital que fornecem uma repartição dos custos estimados de acordo com o instrumento de financiamento e especificam as informações sobre o cofinanciamento.

C.1. Financiamento por componentes: Fornecer uma estimativa do custo total por componente e desagregar a fonte de financiamento.

- O "*Custo total indicativo*" deve ser a soma do montante do "*financiamento do FVC*" com o montante do "*cofinanciamento*".

- Relativamente ao "*Financiamento do FVC*", apresentar uma repartição por componente e por instrumento financeiro. Para cada instrumento de financiamento, especificar o montante. Se seleccionar "*empréstimos privilegiados*" e/ou "*empréstimos subordinados*", especificar o prazo em anos e o preço em percentagem.
- Na secção "*Cofinanciamento*", especificar o instrumento financeiro; indicar o montante e a moeda; enumerar o nome das instituições que apoiam o projeto/programa proposto.

C.2. Justificação do pedido de financiamento do FVC: Explicar por que razão o projeto/programa necessita de financiamento do FVC, ou seja, explicar por que razão não é financiado pelo(s) sector(es) público e/ou privado do país. Descrever opções de financiamento alternativas para as mesmas actividades propostas no documento de síntese, incluindo uma análise dos obstáculos ao acesso ao financiamento por parte dos potenciais beneficiários e as limitações das fontes de financiamento públicas e privadas. Justificar os fundamentos do(s) instrumento(s) financeiro(s) do FVC, bem como a forma como estes serão transmitidos aos utilizadores finais e aos beneficiários. Descrever em pormenor os mecanismos que permitirão concretizar este objetivo. Justificar por que razão este é o mínimo necessário para tornar o investimento viável e mais eficiente, tendo em conta o custo adicional ou o prémio de risco do projeto/programa. A justificação para subvenções e subvenções reembolsáveis é obrigatória. No caso de propostas do sector privado, as condições concessionais devem ser reduzidas ao mínimo e justificadas de acordo com os princípios orientadores aplicáveis às operações do sector privado.

O documento de síntese deve incluir uma justificação económica e financeira sólida para os elementos da subvenção e para o nível de concessionalidade que o FVC prevê. O documento de síntese deve descrever - na medida do possível - a forma como abordará todos os princípios orientadores a seguir enumerados:

- Os elementos da subvenção devem ser adaptados ao custo incremental, ou ao prémio de risco necessário para tornar o investimento viável, ou para cobrir actividades específicas, como a assistência técnica, que não podem ser financiadas de outra forma.
- Procurar o nível certo de concessionalidade, de modo a não deslocar investimentos que de outra forma teriam ocorrido, incluindo para o investimento do sector privado, e evitar a exclusão do financiamento comercial.
- Os níveis de capacidade de endividamento do beneficiário devem ser tidos em conta para não incentivar o endividamento excessivo.
- Estruturar as condições numa base casuística para fazer face a obstáculos específicos.
- Alavancar outros financiamentos, procurando maximizar o potencial de alavancagem no caso do financiamento privado.
- O elemento de subvenção do financiamento em condições favoráveis será adaptado de modo a proporcionar o incentivo adequado para facilitar a execução das actividades de mitigação e adaptação.

- As formas concessionais de financiamento serão concebidas de modo a minimizar as distorções do mercado e os potenciais desincentivos ao investimento privado.
- A experiência e a capacidade dos intermediários financeiros e das entidades de execução na execução bem sucedida de projetos semelhantes.
- A partilha de riscos entre o investimento público e privado, quando relevante.
- O elemento de subvenção fornecido através de subvenções e/ou empréstimos em condições favoráveis será o montante mínimo necessário para viabilizar o projeto ou programa e contribuir para a realização do objetivo de mudança de paradigma do FVC.
- A estrutura financeira proposta (montante do financiamento, instrumento financeiro, duração e prazo) é adequada e razoável para atingir os objetivos da proposta, incluindo a resolução dos estrangulamentos e/ou obstáculos existentes.

C.3. Sustentabilidade e possibilidade de reprodução do projeto: Explicar como será garantida a sustentabilidade do projeto/programa a longo prazo. Descrever a forma como esta será monitorizada após a execução do projeto/programa com o apoio do FVC e de outras fontes. Por exemplo, apresentar uma breve explicação da forma como as actividades propostas serão prosseguidas após o desembolso total da subvenção. No caso de instrumentos que não sejam subvenções, explicar como o capital investido será reembolsado e durante quanto tempo. Os procedimentos de controlo devem cumprir os requisitos do FVC.

3.3.4. Secção D: Apêndices

A secção D inclui os documentos que podem ser apresentados juntamente com o documento de síntese, mas que são facultativos.

- Mapa indicando a localização do projeto/programa
- Diagrama da teoria da mudança
- Modelo económico e financeiro com os principais pressupostos e potenciais cenários de tensão
- Estudo de pré-viabilidade
- Relatório de avaliação do(s) projeto(s) anterior(es)
- Resultados da análise dos riscos ambientais e sociais

Embora o modelo de nota conceptual do FVC possa não exigir explicitamente um diagrama, a inclusão de um pode reforçar significativamente a sua proposta. De facto, um diagrama da Teoria da Mudança (ToC) é altamente recomendado numa nota conceptual do FVC por várias razões:

- **Clareza visual:** Um diagrama fornece uma visão clara e concisa da lógica do projeto, facilitando aos avaliadores a compreensão das relações entre contributos, actividades, realizações, resultados e impacto.
- **Coerência lógica:** Ajuda a demonstrar que todos os componentes do projeto estão interligados e contribuem para o objetivo global.

- **Identificação de riscos:** Ao visualizar a lógica do projeto, os potenciais riscos e pressupostos tornam-se mais evidentes.
- **Compreensão das partes interessadas:** Um diagrama facilita a compreensão e a adesão das partes interessadas, uma vez que define claramente os objetivos do projeto e os resultados esperados.

3.4. Melhores práticas e recomendações para a aplicação dos critérios de investimento do FVC

Um dos principais objetivos do FVC é financiar propostas que criem uma mudança de paradigma no sentido de um desenvolvimento com baixas emissões e resiliente às Mudanças climáticas. Assim, o critério do potencial de mudança de paradigma está relacionado com o potencial das actividades para catalisar o impacto para além de um investimento pontual num projeto ou programa. A discussão do potencial de mudança de paradigma deve incluir, entre outros aspectos, os seguintes

- a) Uma descrição da forma como o projeto pode ser ampliado ou reproduzido em diferentes áreas e/ou os aspectos inovadores do projeto,
- b) A forma como o projeto cria um ambiente propício a outras actividades relacionadas com as Mudanças climáticas.
- c) A forma como a proposta aborda a partilha de conhecimentos e a aprendizagem, bem como as contribuições para o reforço da capacidade institucional para promover actividades no domínio das Mudanças climáticas para além do investimento do FVC.

O critério de apropriação nacional das propostas do FVC envolve a consideração da forma como o projeto se enquadra nas políticas estratégicas, estratégias climáticas e instituições do país beneficiário que apoiam a mudança para um desenvolvimento sustentável com baixas emissões de carbono e resiliente às Mudanças climáticas. As propostas do FVC que se alinham com as estratégias, políticas, quadros e prioridades nacionais e envolvem as partes interessadas locais e regionais, bem como os ministérios e outras instituições nacionais, têm mais probabilidades de cumprir este critério.

Uma proposta do FVC deve discutir a forma como o projeto se enquadra na Contribuição Nacionalmente Determinada (CND) do país ou noutros documentos de planeamento, como os Planos Nacionais de Adaptação (PNA). Esta nota informativa aborda orientações adicionais sobre como estabelecer essas ligações. Além disso, um procedimento de não objeção por parte da autoridade nacional designada reforça o critério de apropriação pelo país, mas a elaboração da proposta através de uma descrição da capacidade das Entidades Acreditadas (EA) ou Entidades Executoras (EE) para executar e implementar ou do processo de envolvimento significativo das partes interessadas também pode apoiar este critério.

O critério "Necessidades do beneficiário" aborda a vulnerabilidade e as necessidades de financiamento do país beneficiário e da população, incluindo: (i) Intensidade da exposição aos riscos climáticos e o grau de vulnerabilidade, (ii) Exposição a fenómenos de início lento, bem como a dimensão da população, e/ou (iii) Bens sociais ou económicos ou capital do país exposto aos riscos e impactes das Mudanças climáticas. Num contexto de adaptação, a resposta às necessidades do critério do beneficiário exige uma explicação da forma como a vulnerabilidade no contexto da proposta será reduzida (a partir de uma base de referência e de projecções futuras) e informações sobre a forma como o projeto promove o desenvolvimento social e económico. Neste contexto, devem ser consideradas diferentes ferramentas, incluindo a vulnerabilidade

avaliações e análises financeiras, que possam contribuir para a construção das necessidades da narrativa do beneficiário. O cumprimento destas necessidades do critério do beneficiário exige que os proponentes do projeto realizem ou se refiram a estudos de vulnerabilidade e análises financeiras existentes que justifiquem a necessidade das intervenções propostas pelo FVC.

O critério de eficiência e eficácia procura responder a questões relacionadas com a solidez financeira ou a viabilidade das intervenções propostas. Para responder a este critério, os proponentes do projeto devem efetuar análises económicas e financeiras para provar que o projeto é rentável. Os proponentes devem também explicar as opções de cofinanciamento, ou a sua ausência. As propostas também beneficiam de explicações sobre a forma como o projeto irá mobilizar fundos para investimentos a longo prazo.

Glossário

Termo	Definição
Acordo-quadro de acreditação (AQA)	um acordo assinado entre uma entidade acreditada e o FVC que é um pré-requisito para o desembolso de fundos para um projeto aprovado pelo FVC. Contém os termos e condições gerais aplicáveis a todas as actividades da AE financiadas pelo FVC, incluindo as condições precedentes ao desembolso, as normas fiduciárias e os privilégios e imunidades.
Entidade acreditada (EA)	Uma entidade que é acreditada pelo Conselho do FVC em conformidade com o Instrumento de Direção e as decisões relevantes do Conselho. Consultar a <i>entidade acreditada</i> para ver a lista completa de EAs.
Financiamento da adaptação	Recursos financeiros dedicados a actividades que ajudam as comunidades, as regiões e os países a adaptarem-se aos impactos das Mudanças climáticas, tais como a construção de infra-estruturas resistentes ou o apoio a uma agricultura resistente às Mudanças climáticas.
Projeto de adaptação	Trata-se de uma iniciativa destinada a reduzir a vulnerabilidade das comunidades e dos sistemas aos efeitos adversos das Mudanças climáticas. Isto implica a adoção de medidas de preparação e adaptação aos impactos actuais e previstos das Mudanças climáticas.
Financiamento misto	Uma combinação de financiamento público e privado destinada a atrair o investimento privado para projetos que contribuam para a adaptação climática, reduzindo o risco para o sector privado investidores.
Mudanças climáticas	É a variação significativa das condições meteorológicas médias que se tornam, por exemplo, mais quentes, mais húmidas ou mais secas - ao longo de várias décadas ou mais. É a tendência a longo prazo que diferencia as Mudanças climáticas da variabilidade meteorológica natural.
Adaptação às Mudanças climáticas (AMC)	É o processo de adaptação aos efeitos das Mudanças climáticas. Estes podem ser tanto os impactos actuais como os previstos.
Financiamento climático	Refere-se aos recursos e instrumentos financeiros que são utilizados para apoiar acções em matéria de Mudanças climáticas.
Resiliência climática	A capacidade das comunidades, dos ecossistemas ou das economias para resistir e recuperar dos efeitos das Mudanças climáticas, assegurando que podem manter os ganhos de desenvolvimento apesar dos impactes climáticos.
Co-benefícios	Os benefícios secundários dos projetos de adaptação às Mudanças climáticas, como a melhoria da qualidade do ar, o emprego ou a conservação da biodiversidade, para além do objetivo principal de reduzir a vulnerabilidade climática.
Nota conceptual (NC)	Um documento que fornece informações essenciais sobre uma proposta para obter feedback sobre se o conceito está alinhado com os objetivos, políticas e critérios de investimento do FVC. O <i>modelo de nota conceptual</i> pode ser descarregado no sítio Web do FVC.
Adaptação baseada nos ecossistemas (AbE)	A utilização da biodiversidade e dos serviços ecossistémicos como parte de uma estratégia global para ajudar as pessoas a adaptarem-se aos efeitos adversos das Mudanças climáticas, como a recuperação de mangais para proteção costeira.
Programa de Trabalho das Entidades (EWP)	um documento desenvolvido por entidades acreditadas com o apoio da Divisão de Programação Nacional do FVC que fornece uma visão geral das áreas de

	O documento resume o trabalho da FVC, os sectores prioritários e a experiência na implementação de projetos e programas nas oito Áreas de Impacto Estratégico do FVC. Também resume os seus projetos e programas indicativos e delinea um plano de ação para o envolvimento com o FVC.
Salvaguardas ambientais e sociais (SAS)	Um ponto de referência para identificar, medir e gerir os riscos ambientais e sociais. O objetivo da ESS é determinar os principais riscos ambientais e sociais que a entidade acreditada pretende abordar na conceptualização, preparação e implementação de propostas de financiamento, e fornecer orientações sobre a forma como esses riscos devem ser geridos. A ESS baseia-se nas oito normas de desempenho da Sociedade Financeira Internacional. Por favor, consulte as <i>Salvaguardas Ambientais e Sociais Provisórias</i> do FVC para obter informações mais detalhadas sobre as normas de desempenho.
Entidade executante (EE)	Uma entidade através da qual as receitas do FVC são canalizadas para efeitos de uma atividade financiada ou parte dela; e/ou qualquer entidade que execute, realize ou implemente uma atividade financiada, ou qualquer parte dela. Uma entidade acreditada pode desempenhar as funções de uma entidade de execução, embora seja preferível que os intervenientes locais e nacionais executem projetos /programas.
Instrumentos financeiros	Um total de seis instrumentos financeiros no FVC que podem ser utilizados através de diferentes modalidades e em várias fases do ciclo de financiamento: subvenções, subvenções reembolsáveis, empréstimos privilegiados, empréstimos subordinados, garantias e investimentos de capital. Um projeto/programa pode incluir um ou vários instrumentos financeiros
Ponto focal	Uma pessoa ou autoridade designada por um país em desenvolvimento que seja parte na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUAC) para desempenhar todas as funções de uma Autoridade Nacional Designada (NDA) numa base temporária, até que esta tenha designado um NDA.
Proposta de financiamento (PF)	Um documento que é submetido por entidades que pretendem ter acesso aos recursos do FVC para projetos e programas de Mudanças climáticas. As Propostas de Financiamento podem ser submetidas ao FVC em qualquer altura ou como resposta a um Pedido de Propostas (RFP). As Propostas de Financiamento que são submetidas ao FVC estão sujeitas a um processo de revisão, que culmina com uma decisão do Conselho de Administração do FVC sobre o apoio ou não ao projeto.
Fundo Verde para o Clima (FVC)	É um fundo para o financiamento do clima que foi criado no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas. O seu objetivo é ajudar os países em desenvolvimento nas actividades de adaptação e mitigação das Mudanças climáticas.
Consultoria técnica independente Painel (iTAP)	Um painel responsável pela realização de avaliações técnicas das propostas de financiamento após a análise interna do Secretariado do FVC e antes da sua apresentação ao FVC Conselho de Administração.
Quadro lógico Quadro Lógico (Logframe)	É uma ferramenta de planeamento de projetos utilizada para delinear as metas, os objetivos, as actividades e os resultados esperados de um projeto. Ajuda a visualizar a lógica do projeto, garantindo que todas as componentes estão alinhadas e contribuem para o objetivo global.
Perdas e danos	Refere-se aos impactos negativos das Mudanças climáticas com os quais as pessoas não conseguiram lidar ou adaptar-se e que exigem uma compensação financeira ou outras formas de apoio.
Plano Nacional Plano Nacional de Adaptação (PNA)	Um processo de planeamento estratégico que permita aos países identificar e responder às suas necessidades de adaptação a médio e longo prazo, integrando a resiliência climática na planeamento do desenvolvimento nacional. O processo do PAN foi estabelecido ao abrigo

	do
--	----

	Quadro de Adaptação de Cancún (2010), a fim de preparar os países para enfrentar os riscos climáticos. Os principais objetivos dos PAN consistem em reduzir a vulnerabilidade às Mudanças climáticas e integrar a adaptação às Mudanças climáticas em todos os níveis de planeamento.
Autoridade Nacional Designada (NDA)	Uma interface central e o principal ponto de comunicação entre um país e o FVC. A NDA procura assegurar que as actividades apoiadas pelo FVC se alinham com os objetivos e prioridades estratégicos nacionais e ajudam a avançar com acções ambiciosas de adaptação e mitigação, de acordo com as necessidades nacionais. Um papel fundamental das NDA é fornecer cartas de nomeação às entidades de acesso direto. Consulte o <i>diretório de países</i> para ver a lista completa de NDAs.
Soluções baseadas na natureza (NbS)	Estratégias que envolvam a proteção, a gestão sustentável e a recuperação de ecossistemas naturais ou modificados para enfrentar os desafios sociais, contribuindo de forma eficaz e adaptativa para o bem-estar humano e os benefícios da biodiversidade.
Setor privado Envolvimento do sector	Participação de empresas e investidores privados no financiamento e na execução medidas de adaptação às Mudanças climáticas, tirando partido da inovação, eficiência e recursos do sector privado.
Programa	É um grupo de projetos, subprogramas e actividades de gestão de programas relacionados geridos de forma coordenada para atingir objetivos e benefícios estratégicos. Trata-se de um esforço maior e contínuo com múltiplas componentes.
Projeto	No contexto das Mudanças climáticas, trata-se de uma iniciativa destinada a combater as Mudanças climáticas através da redução das emissões de gases com efeito de estufa, do aumento do sequestro de carbono ou criar resiliência aos impactes climáticos. Podem ir desde o desenvolvimento de infra-estruturas em grande escala a iniciativas de base comunitária.
Preparação do projeto Facilidade (PPF)	Uma janela de financiamento que apoia as AEs na preparação de projetos e programas. Esta abrange estudos de pré-viabilidade e de viabilidade; conceção de projetos; estudos ambientais, sociais e de género; avaliações de risco; e outras actividades de preparação de projetos, sempre que necessário, desde que exista uma justificação suficiente. O PPF foi concebido especialmente para apoiar as entidades de acesso direto para projetos na categoria de micro a pequena dimensão. Para mais informações, consultar o <i>modelo de pedido do PPF</i> .
Público-Privado Parceria (PPP)	Acordos de colaboração entre entidades governamentais e o sector privado empresas para financiar e executar projetos, incluindo os relacionados com a adaptação às Mudanças climáticas, que podem envolver riscos e benefícios partilhados.
Pedido de Propostas (RFP)	Ocasionalmente, o Conselho de Administração do FVC pode convocar Pedidos de Propostas para orientar o desenvolvimento da carteira do FVC em áreas específicas, de acordo com o plano estratégico inicial. Os RFP têm normas de elegibilidade específicas. As entidades que ainda não estão acreditadas pelo FVC podem apresentar propostas ao Fundo em resposta aos RFP. É possível consultar os <i>pedidos de propostas</i> em curso no sítio Web do FVC.
Áreas de resultados	Oito domínios de resultados/impactos que trarão grandes benefícios em termos de mitigação e adaptação nos países em desenvolvimento, a fim de promover uma mudança de paradigma no sentido de um desenvolvimento com baixas emissões e resistente às Mudanças climáticas. A mitigação inclui quatro domínios de resultados, nomeadamente o acesso à energia e a produção de eletricidade com baixas emissões; transportes com baixas emissões; edifícios, cidades e indústrias energeticamente eficientes; e utilização sustentável dos solos e gestão florestal. A adaptação abrange os outros quatro domínios de resultados, nomeadamente o reforço dos meios de subsistência das pessoas, comunidades e regiões mais vulneráveis, o aumento da saúde e do bem-estar e a segurança alimentar e da água, infra-estruturas resilientes e ambiente construído às ameaças das Mudanças climáticas; e ecossistemas resilientes. Todos

	<p>as propostas devem refletir um ou mais dos domínios de resultados/impacto. Para mais informações sobre estes domínios de resultados, consultar o presente documento:</p> <p><i>Mitigação e Adaptação</i> <i>Quadros de medição do desempenho.</i></p>
Processo de aprovação simplificado (PAS)	<p>Um processo para propostas de pequena escala e de baixo risco que atribui menos tempo e esforço tanto à entidade como ao FVC para passar da conceção do projeto à sua implementação. A documentação a fornecer é reduzida e os processos de análise e aprovação são simplificados. O PAE tem três critérios principais de elegibilidade, incluindo uma contribuição do FVC até 10 milhões de dólares; uma categoria de ESS de mínima a nenhuma; e um potencial de expansão, transformação e promoção de uma mudança de paradigma para um desenvolvimento com baixas emissões e resistente ao clima. Mais informações sobre o <i>Processo de Aprovação Simplificado</i>, incluindo um modelo de nota conceptual SAP com um ESS está disponível no sítio Web do FVC.</p>
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	<p>Um conjunto de 17 objetivos globais definidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015, que incluem metas específicas relacionadas com a ação climática (ODS 13), bem como objetivos que apoiam a adaptação ao clima através do desenvolvimento sustentável.</p>
Assistência técnica	<p>Apoio prestado a países e organizações sob a forma de especialização, formação e transferência de conhecimentos para ajudar a conceber, implementar e gerir eficazmente projetos de adaptação às Mudanças climáticas.</p>
Teoria da Mudança (ToC)	<p>É um roteiro que descreve como se espera que uma intervenção ou programa específico conduza à mudança social desejada. É uma explicação exaustiva das relações causais entre actividades, produtos, resultados e impactos.</p>

Referências

- Fayolle V., Odianose S. e Soanes M. (2017), FVC Project Toolkit 2017. Guia para desenvolver uma proposta de projeto para o Fundo Verde para o Clima (FVC). Acclimatise, Londres. janeiro de 2017. Disponível aqui: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/FVC%20project%20Toolkit_20.01.2017_For%20Publication.pdf
- Fayolle, V. e Odianose, S. (2017) Green Climate Fund Proposal toolkit 2017. Londres: Acclimatise e Rede de Conhecimento sobre Clima e Desenvolvimento. Disponível aqui: <https://cdkn.org/wp-content/uploads/2017/06/FVC-project-development-manual.pdf>
- FVC 2015. Áreas de resultados de adaptação do FVC, critérios de investimento, resultados e indicadores - uma visão geral. URL: https://CQNUMC.int/files/adaptation/application/pdf/nwa_8.2_FVC.pdf
- FVC 2016. FVC Conceito Nota modelo. URL: <https://www.greenclimate.fund/document/concept-note-template>
- FVC 2022. Financiamento Proposta modelo. URL: <https://www.greenclimate.fund/document/funding-proposal-template>
- FVC iTAP, 2021. Desenvolvimento de uma Teoria da Mudança para os Projetos do FVC. URL: <https://www.greenclimate.fund/sites/default/files/event/meet-itap-webinar-theory-change-1-oct-2021-fv.pdf>
- Carteira de projetos do FVC para diferentes documentações de propostas de financiamento, disponível aqui:
- FVC, 2016. FVC Conceito Nota Guia do Guia do Utilizador. URL: <https://www.greenclimate.fund/sites/default/files/document/FVC-concept-note-user-s-guid e.pdf>
- FVC, 2017. Proposta de financiamento F058: Responder ao risco crescente de seca: Criação de resiliência sensível ao género nas comunidades mais vulneráveis. URL: <https://www.greenclimate.fund/sites/default/files/document/funding-proposal-fp058-mofe-c-ethiopia.pdf>
- FVC, 2019. Avaliação de género e plano de ação: Anexo 8 das propostas de financiamento. Modelo. URL: <https://www.greenclimate.fund/document/gender-assessment-and-action-plan-annex-8-funding-proposals>
- FVC, 2020. Proposta de financiamento FP131: Melhorar a resiliência climática das comunidades e ecossistemas vulneráveis na bacia do rio Gandaki, Nepal. URL: https://www.greenclimate.fund/sites/default/files/document/fp131-iucn-nepal_0.pdf
- FVC, 2023. Investimento quadro para o FVC-2. URL: https://www.greenclimate.fund/sites/default/files/document/investment-framework_1.pdf
- FVC. 2017. Integração do género nos projetos do Fundo Verde para o Clima. URL: https://www.greenclimate.fund/sites/default/files/document/guidelines-FVC-toolkit-mainstreaming-gender_0.pdf

- GIZ, 2017. Guia: Escrevendo uma Proposta de Financiamento para o Clima Verde. URL:
https://current-future.org/wp-content/uploads/2017_GIZ_FVC-Funding-Proposal-Guidebook.pdf
<https://www.greenclimate.fund/what-we-do/projects-programmes>
- Mahlet Eyassu Melkie, Rodrigo Narvaez, Kristin Qui (Climate Analytics), 2020. Elementos de um FVC Proposta. URL:
https://ca1-clm.edcnd.com/assets/elements_FVC_proposal_03.30.2020_final.pdf?v=1679478147
- Mahlet Eyassu Melkie, Rodrigo Narvaez, Kristin Qui (Climate Analytics), 2020. Abordar o FVC Investimento Critérios de Investimento do FVC. URL:
https://ca1-clm.edcnd.com/assets/addressing_the_FVC_investment_criteria_final_edited_version_30.03.2020.pdf?v=1679478367

Anexo 1. FVC Critérios para avaliação das propostas de programas/projetos

Critério	Definição	Área de cobertura
Potencia de impacto	Potencial do programa/projeto para contribuir para a realização dos objetivos e dos domínios de resultados do Fundo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Impacto das medidas de mitigação ▪ Impacto da adaptação
Potencial de mudança de paradigma	Grau em que a atividade proposta pode catalisar o impacto para além de um investimento pontual num projeto ou programa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Potencial de expansão e reprodução e a sua contribuição global para as trajetórias de desenvolvimento global com baixas emissões de carbono, em conformidade com um aumento da temperatura inferior a 2°C ▪ Potencial de conhecimento e aprendizagem ▪ Contribuição para a criação de um ambiente propício ▪ Contribuição para o quadro regulamentar e as políticas ▪ Contribuição global para a resiliência climática <p>vias de desenvolvimento coerentes com as estratégias e planos de adaptação às Mudanças climáticas de um país</p>
Potencial de desenvolvimento sustentável	Benefícios e prioridades mais alargados	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Co-benefícios ambientais ▪ Co-benefícios sociais ▪ Co-benefícios económicos ▪ Impacto do desenvolvimento sensível ao género
Necessidades do destinatário	Vulnerabilidade e necessidades de financiamento do país beneficiário e da população	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Vulnerabilidade do país ▪ Grupos vulneráveis e aspectos de género ▪ Nível de desenvolvimento económico e social

		<ul style="list-style-type: none"> ▪ do país e da população afetada ▪ Ausência de fontes alternativas de financiamento ▪ Necessidade de reforçar as instituições e a capacidade de execução
Propriedade do país	Apropriação pelo país beneficiário e capacidade de execução de um projeto ou programa financiado (políticas, estratégias climáticas e instituições)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de uma estratégia nacional para o clima ▪ Coerência com as políticas existentes ▪ Capacidade das entidades de execução, intermediários ou entidades de execução para entregar ▪ Envolvimento com a sociedade civil organizações e outras partes interessadas relevantes
Eficiência e eficácia	Solidez económica e, se for caso disso, financeira do programa/projeto	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relação custo-eficácia e eficiência relativamente aos aspectos financeiros e não financeiros ▪ Montante do co-financiamento⁴ ▪ Viabilidade financeira do programa/projeto e outros indicadores financeiros ▪ Melhores práticas do sector

Fonte: https://www.greenclimate.fund/sites/default/files/document/investment-framework_1.pdf

Anexo 2. Exercícios práticos

SC5 - Elaboração de uma nota conceptual para o Fundo Verde para o Clima (FVC)

Diretrizes gerais (a serem adaptadas ao contexto do país - pelo facilitador)

Escolha uma ideia de projeto de um dos sectores de adaptação abaixo indicados:

- ***Agricultura***
- ***Zonas costeiras***
- ***Saúde humana***
- ***Conservação da biodiversidade***

O Facilitador guiará o participante para:

- Construir uma forte **FUNDAMENTAÇÃO CLIMÁTICA**
- Conceber uma árvore de problemas e transitar para a **TEORIA DA MUDANÇA (TOC)**
- Propor um Plano de Ação para a **IGUALDADE DE GÉNERO E A INCLUSÃO SOCIAL (IGIS)**.

Diretrizes:

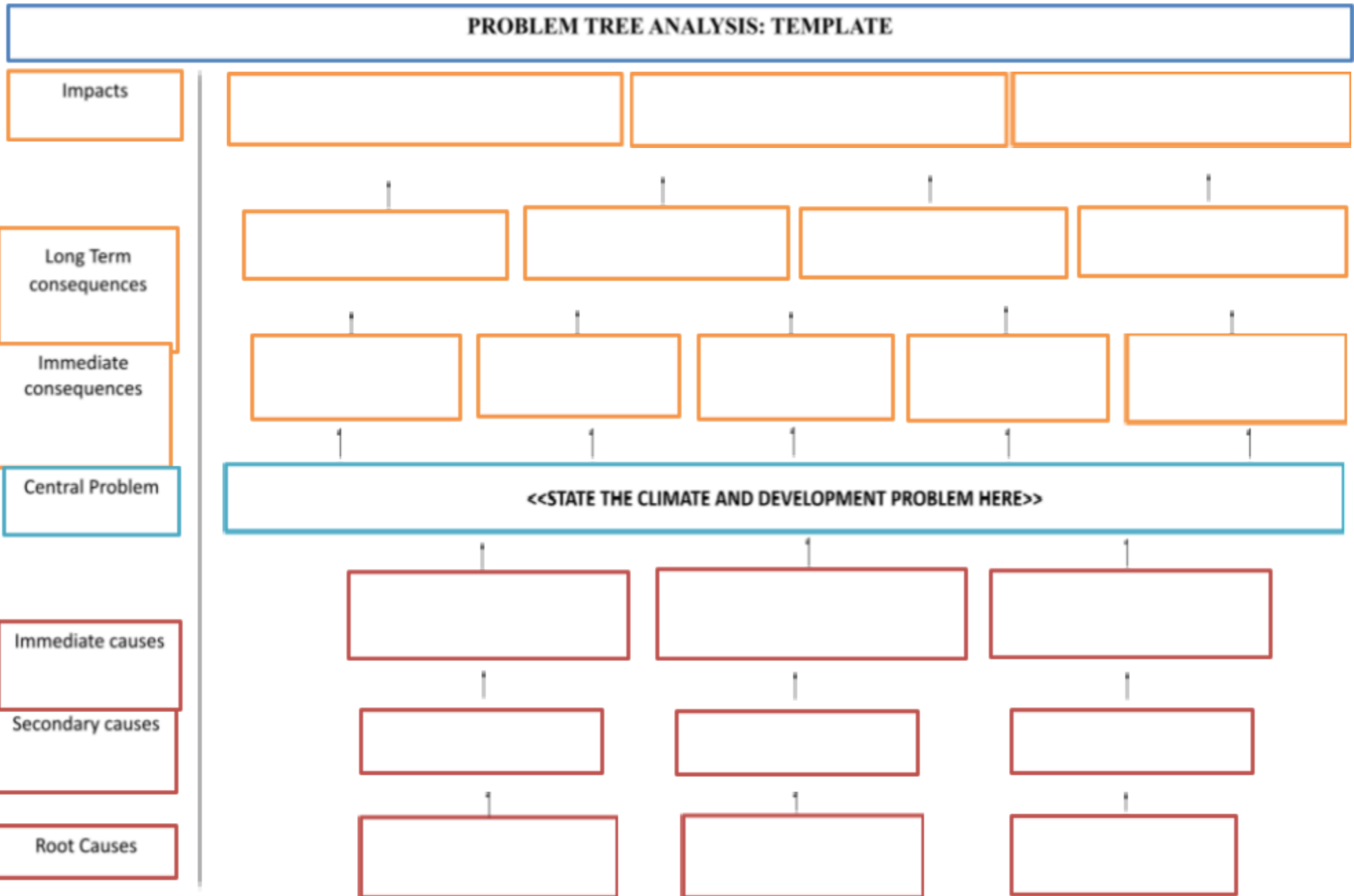
Utilize os modelos abaixo.

1. Fundamentação climática

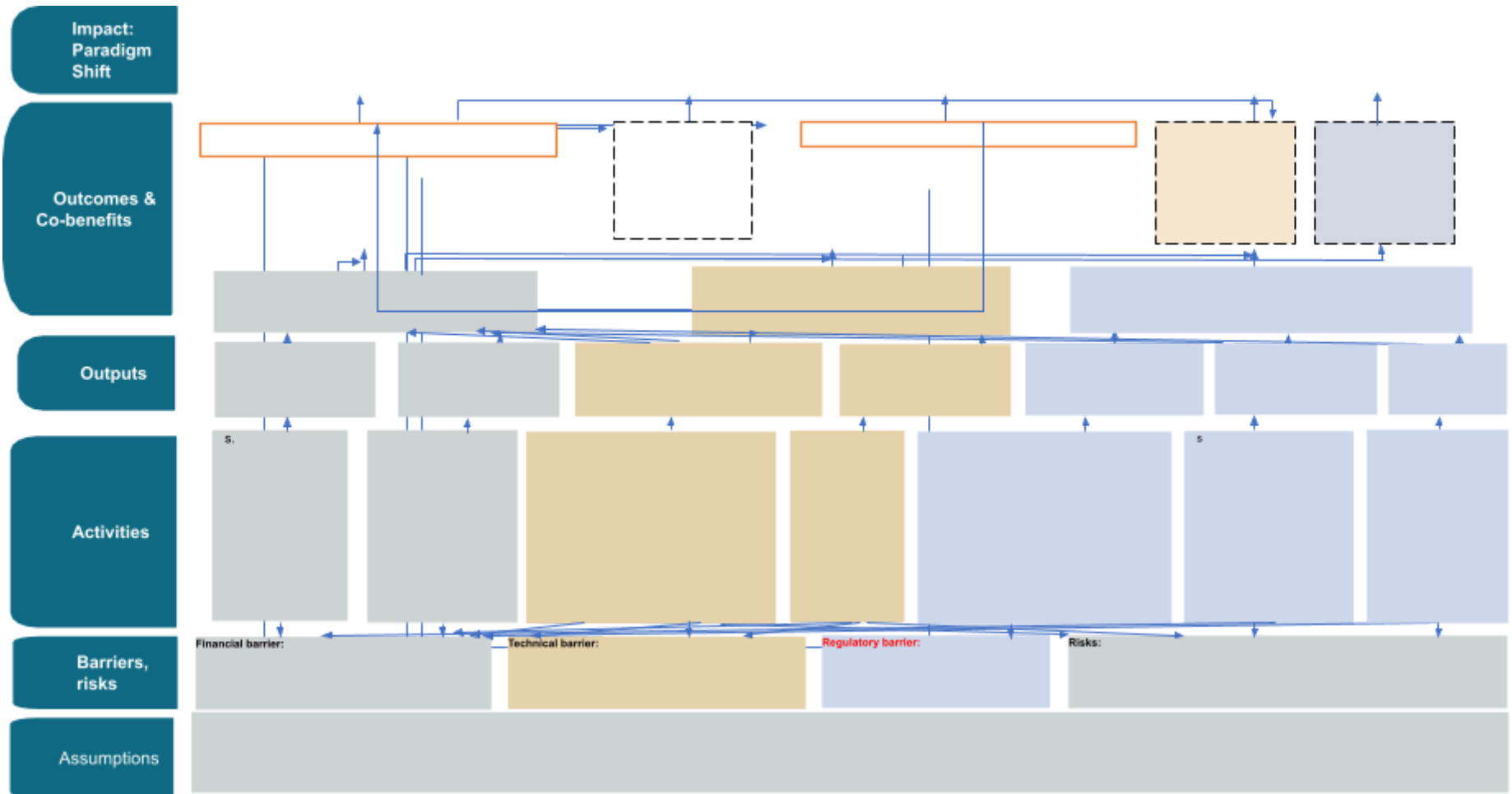
A lógica climática do seu projeto ou programa fornece a base para garantir que o projeto responde especificamente aos desafios das Mudanças climáticas.

Ideia de projeto:	
Descrição da sua lógica climática	

2. De uma árvore de problemas ao desenvolvimento de uma Teoria da Mudança



Modelo de diagrama de TdC do GCF



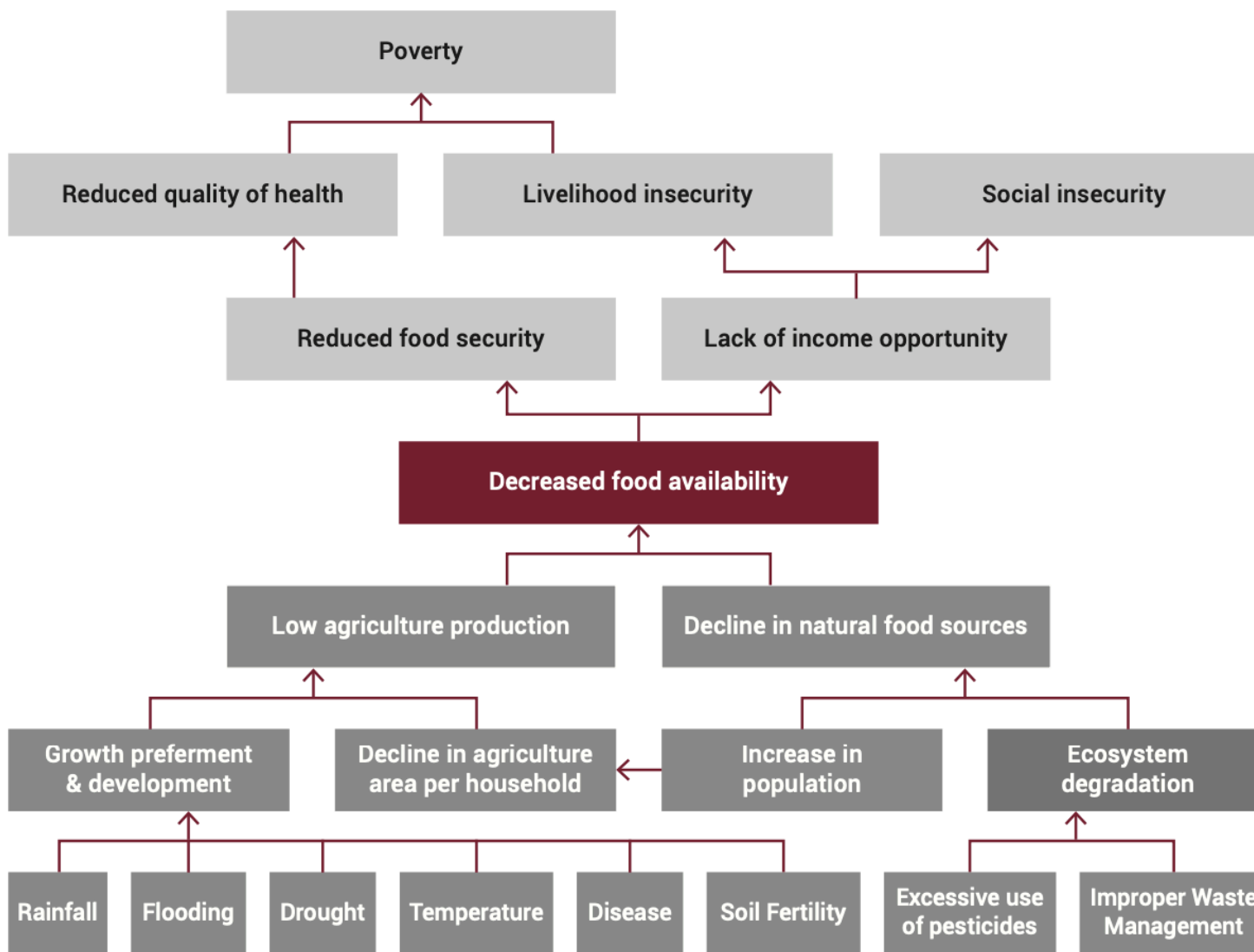
3. Plano de Ação para o Gênero e a Inclusão Social: HYPERLINK

"https://www.greenclimate.fund/sites/default/files/document/form-09-gender-assessment-and-action-plan-template_0.pdf"

Ver [Modelo](#)

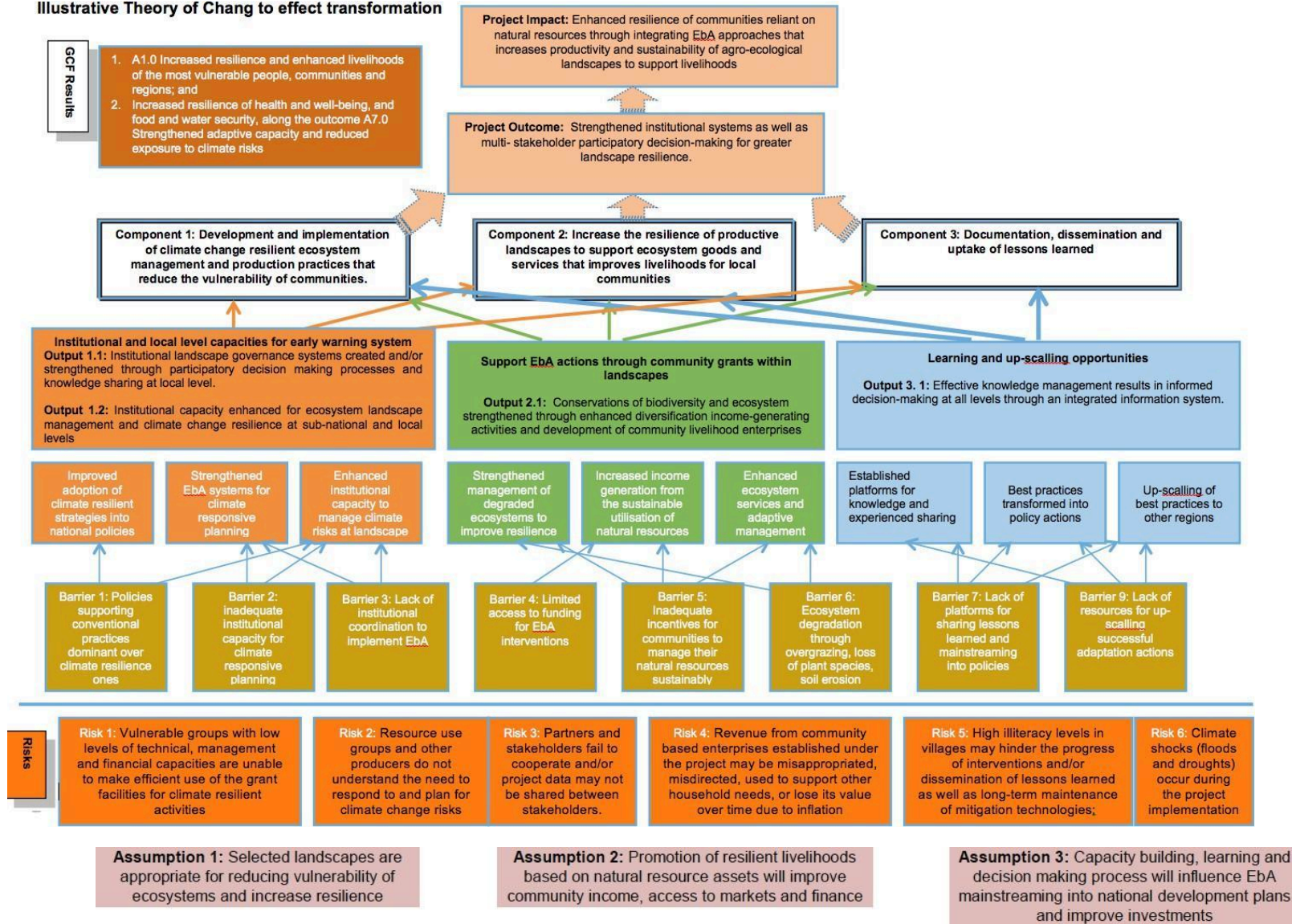
Atividades	Indicadores e objetivos	Cronograma	Responsabilidades	Custos
Declaração de impacto:				
Declaração de resultados:				
(Este é o local onde o a equipa de projeto/programa insere um breve lista de actividades. As actividades são aqueles que nos dizem o que o projeto/programa; por vezes designado por intervenções.	Indicar os indicadores e os objetivos aqui (Nota: Um bom indicador deve ser capaz de medir o quantidade, qualidade e atualidade dos produtos (bens ou serviços) que são o resultado de uma atividade, projeto ou programa. Por outro lado por outro lado, um objetivo deve - no caso do GAP - ser desagregado por sexo. Metas, desagregadas por sexo, é uma forma eficaz de medir quantificável [e diferencial] resultados para mulheres, homens, raparigas e rapazes.	(Este é o local onde o a equipa de projeto/programa insere o cronograma para cada um dos indicadores/objetivos.	(Destacar aqui quais parte/organização/entidade/parceiro será responsável por assegurar a realização dos objetivos, como delineados no indicador e coluna de objetivos.	(Esta é a coluna para inserir o dotação orçamental aproximada para a realização de cada atividade.
...
...

Anexo 3. Exemplo de árvore de problema



Anexo 4. Teoria ilustrativa da mudança

Illustrative Theory of Change to effect transformation



Anexo 5. Documento de síntese do FVC Template

Concept Note

Título do projeto/programa:	_____
País(es):	_____
Autoridade(s) Nacional(is) Designada(s) (NDA):	_____
Entidade(s) Acreditada(s) (AE):	_____
Data da primeira apresentação/número da versão:	<u>[AAAA-MM-DD] [V.O]</u>
Data da atual apresentação/número da versão	<u>[AAAA-MM-DD] [V.O]</u>



Envie o formulário preenchido para fundingproposal@FVCund.org, utilizando a seguinte convenção de nomes na linha do assunto e no nome do ficheiro: "CN-[Entidade ou país acreditado]-YYYYMMDD"

Notas

- O número máximo de páginas não deve **exceder 12 páginas**, excluindo os anexos. As propostas que excedam a extensão prescrita não serão avaliadas dentro do prazo normal de serviço indicativo de 30 dias.
- De acordo com a política de divulgação de informações, o documento de síntese e os documentos adicionais fornecidos ao Secretariado podem ser divulgados, exceto se a(s) entidade(s) acreditada(s) (ou os NDA) os assinalarem como confidenciais.
- A(s) autoridade(s) nacional(is) designada(s) competente(s) será(ão) informada(s) pelo Secretariado do documento de síntese após a sua receção.
- As NDA também podem apresentar o documento de síntese diretamente com ou sem uma entidade acreditada identificada nesta fase. Neste caso, podem deixar em branco a secção relativa à entidade acreditada. O Secretariado informará a(s) entidade(s) acreditada(s) nomeada(s) pela NDA, caso exista(m).
- As entidades acreditadas e/ou as agências nacionais de desenvolvimento são encorajadas a apresentar um documento de síntese antes de apresentarem um pedido de apoio à preparação de projetos ao abrigo do Mecanismo de Preparação de Projetos (PPF).
- Para mais informações sobre a preparação da nota conceptual do FVC, consultar o sítio Web do FVC [Funding Projects Fine Print](#).

A. Resumo do projeto/programa (máx. 1 página)			
A.1. Projeto ou programa	<input type="checkbox"/> Projeto <input type="checkbox"/> Programa	A.2. Setor público ou privado	<input type="checkbox"/> Setor público <input type="checkbox"/> Setor privado
A.3. A NC é apresentada em resposta a um concurso público?	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Em caso afirmativo, especificar a RFP:	A.4. Confidencialidade ¹	<input type="checkbox"/> Confidencial <input type="checkbox"/> Não confidencial
A.5. Indicar os domínios de resultados do projeto/programa	<p>Mitigação: Redução das emissões de:</p> <input type="checkbox"/> Acesso à energia e produção de eletricidade <input type="checkbox"/> Transporte com baixas emissões <input type="checkbox"/> Edifícios, cidades e indústrias e aparelhos <input type="checkbox"/> Silvicultura e utilização dos solos <p>Adaptação: Aumento da resiliência de:</p> <input type="checkbox"/> Pessoas e comunidades mais vulneráveis <input type="checkbox"/> Saúde e bem-estar e segurança alimentar e hídrica <input type="checkbox"/> Infra-estruturas e ambiente construído <input type="checkbox"/> Ecossistema e serviços ecossistémicos		
A.6. Impacto estimado da mitigação (tCO ₂ eq durante o tempo de vida)		A.7. Estimativa impacto da adaptação (número de beneficiários diretos e % de população)	
A.8. Custo total indicativo do projeto (FVC + cofinanciamento)	Montante: USD _____	A.9. Financiamento indicativo do FVC solicitado	Montante: USD _____
A.10. Assinalar o tipo de instrumento financeiro solicitado para o financiamento do FVC	<input type="checkbox"/> Subvenção <input type="checkbox"/> Subvenção reembolsável <input type="checkbox"/> Garantias <input type="checkbox"/> Capital próprio <input type="checkbox"/> Empréstimo subordinado <input type="checkbox"/> Empréstimo sénior <input type="checkbox"/> Outro: especificar _____		
A.11. Duração estimada do projeto/programa:	a) período de desembolso: b) período de reembolso, se aplicável:	A.12. Duração estimada do projeto/programa	Refere-se ao período total durante o qual o investimento é efetivo.
A.13. É solicitado o financiamento do mecanismo de preparação de projetos ? ²	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Outro apoio recebido <input type="checkbox"/> Em caso afirmativo, por quem:	A.14. Categoria do SEE ³	<input type="checkbox"/> A ou I-1 <input type="checkbox"/> B ou I-2 <input type="checkbox"/> C ou I-3
A.15. A NC está alinhada com o seu padrão de acreditação?	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	A.16. O CN foi partilhado com a NDA?	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
A.17. AMA assinada (se apresentada pela AE)	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Em caso negativo, especificar o estado das negociações da AMA e a data prevista para a assinatura:	A.18. A CN está incluída no programa de trabalho da entidade?	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
A.19. Projeto/Programa lógica, objetivos e abordagem do	Breve resumo da declaração do problema e da justificação climática, do objetivo e da abordagem de execução selecionada, incluindo a(s) entidade(s) executora(s) e outros parceiros de execução.		

¹ Os documentos de síntese (ou secções dos mesmos) não assinalados como confidenciais podem ser publicados em conformidade com a política de divulgação de informações ([Decisão B.12/35](#)) e com a revisão do processo de aprovação da proposta inicial ([Decisão B.17/18](#)). ² Ver [aqui](#) o acesso ao modelo de pedido de apoio à preparação do projeto e às orientações

³ Consultar as salvaguardas ambientais e sociais do Fundo ([Decisão B.07/02](#))



programa/projeto (máx. 100 palavras)	
---	--

B. Informações sobre o projeto/programa (máx. 8 páginas)

B.1. Contexto e linha de base (máx. 2 páginas)

Descrever as vulnerabilidades e os impactes climáticos, o perfil das emissões de GEE e as necessidades de mitigação e adaptação que a intervenção prospectiva se destina a resolver.

Indicar a forma como o projeto se enquadra nas prioridades nacionais do país e a sua plena apropriação do conceito. O projeto/programa contribui diretamente para a ICND/CND do país ou para as estratégias climáticas nacionais ou outros planos como os NAMA, os PAN ou equivalentes? Em caso afirmativo, descrever as prioridades identificadas nesses documentos que o projeto proposto visa abordar e/ou melhorar.

Descrever as principais causas e obstáculos (sociais, de género, fiscais, regulamentares, tecnológicos, financeiros, ecológicos, institucionais, etc.) que devem ser abordados.

Se for caso disso, e em especial no caso de projetos /programas do sector privado, descrever as principais características e a dinâmica do sector ou do mercado em que o projeto/programa irá operar.

B.2. Descrição do projeto/programa (máx. 3 páginas)

Descrever o conjunto esperado de componentes/resultados e subcomponentes/actividades para resolver os obstáculos acima identificados que conduzirão aos resultados esperados.

Em termos de fundamentação, descreva a teoria da mudança e forneça informações sobre a forma como esta serve para mudar a trajetória de desenvolvimento para uma direção com menos emissões e/ou mais resistente às Mudanças climáticas, em conformidade com as metas e os objetivos do Fundo.

Descrever a forma como as actividades da proposta são coerentes com o quadro regulamentar e jurídico nacional, se aplicável.

Descreva de que forma a(s) entidade(s) acreditada(s) está(ão) bem colocada(s) para realizar as actividades planeadas e quais serão as modalidades de execução com a(s) entidade(s) executora(s) e os parceiros de execução.

Fornecer uma breve panorâmica dos principais riscos financeiros e operacionais e das eventuais medidas de mitigação identificadas nesta fase.

B.3. Resultados previstos do projeto em conformidade com os critérios de investimento do FVC (máx. 3 páginas)

O FVC deve contribuir de forma significativa e ambiciosa para os esforços globais no sentido de atingir os objetivos fixados pela comunidade internacional para combater as Mudanças climáticas e promover a mudança de paradigma para vias de desenvolvimento com baixas emissões e resistentes às Mudanças climáticas, limitando ou reduzindo as emissões de gases com efeito de estufa e adaptando-se aos impactos das Mudanças climáticas.

Fornecer uma estimativa dos impactos esperados em conformidade com os critérios de investimento do FVC: potencial de impacto, mudança de paradigma, desenvolvimento sustentável, necessidades dos beneficiários, apropriação pelo país e eficiência e eficácia.

B.4. Envolvimento entre a ADN, a AE e/ou outras partes interessadas relevantes no país (máx. ½ página)

Descreva a forma como se processou a participação da NDA, da AE e/ou de outras partes interessadas relevantes no país e que outras participações serão realizadas à medida que o conceito for sendo desenvolvido numa proposta de financiamento.

C. Informações indicativas sobre o financiamento/custo (máx. 3 páginas)

C.1. Financiamento por componentes (máx. ½ página)

Fornecer uma estimativa do custo total por componente/resultado e discriminar por fonte de financiamento.

Componente/saída	Custo indicativo (USD)	Financiamento do FVC		Cofinanciamento		
		Montante (USD)	Instrumento financeiro	Montante (USD)	Instrumento financeiro	Nome das instituições



Custo total indicativo (USD)						

No caso de uma proposta do sector privado, apresentar uma panorâmica (diagrama) da estrutura de financiamento proposta.

C.2. Justificação do pedido de financiamento do FVC (máx. 1 página)

Explicar por que razão o projeto/programa necessita de financiamento do FVC, ou seja, explicar por que razão não é financiado pelo(s) sector(es) público e/ou privado do país.

Descrever opções de financiamento alternativas para as mesmas actividades propostas no documento de síntese, incluindo uma análise dos obstáculos ao acesso ao financiamento por parte dos potenciais beneficiários e as limitações das fontes de financiamento públicas e privadas.

Justificar a fundamentação e o nível de concessionalidade do(s) instrumento(s) financeiro(s) do FVC, bem como a forma como tal será repercutido para os utilizadores finais e beneficiários. Justificar por que razão este é o mínimo necessário para tornar o investimento viável e mais eficiente, tendo em conta o custo adicional ou o prémio de risco do projeto/programa (consultar as Decisões B.12/17; B.10/03; e B.09/04 para mais pormenores). A justificação das subvenções e das subvenções reembolsáveis é obrigatória.

No caso de propostas do sector privado, as condições concessionais devem ser reduzidas ao mínimo e justificadas de acordo com os princípios orientadores aplicáveis às operações do sector privado (Decisão B.05/07).

C.3. Sustentabilidade e possibilidade de reprodução do projeto (estratégia de saída) (máx. 1 página)

Explicar como será garantida a sustentabilidade do projeto/programa a longo prazo e como será monitorizada, após a execução do projeto/programa com o apoio do FVC e de outras fontes.

Para os instrumentos não subvencionados, explicar como será reembolsado o capital investido e em que prazo.

D. Documentos comprovativos apresentados (FACULTATIVO)

- Mapa indicando a localização do projeto/programa
- Diagrama da teoria da mudança
- Modelo económico e financeiro com os principais pressupostos e potenciais cenários de tensão
- Estudo de pré-viabilidade
- Relatório de avaliação do projeto anterior
- Resultados da análise dos riscos ambientais e sociais

Caixas de verificação de auto-consciência



Tem conhecimento de que a proposta de financiamento completa e os anexos exigirão estes documentos? Sim

Não

- Estudo de viabilidade
- Avaliação do impacto ambiental e social ou quadro de gestão ambiental e social Consultas às partes interessadas a nível nacional e a nível do projeto, incluindo as populações indígenas, se for caso disso
- Avaliação do género e plano de ação Plano de operações e manutenção, se for caso disso Manual de operações de empréstimos ou subvenções, se for caso disso
- Cartas de compromisso de cofinanciamento
-

Tem conhecimento de que uma proposta de financiamento de uma entidade acreditada sem uma AMA assinada será analisada mas não será enviada ao Conselho de Administração para apreciação? Sim Não



Anexo 6. Proposta de financiamento do FVC Template

Funding Proposal

Título do projeto/programa:

Indicar o título do projeto. Idealmente, este deve fazer referência ao país onde o projeto/programa será implementado e ter menos de 100 caracteres, aproximadamente 10-15 palavras.

País(es):

Indicar todos os países em que o projeto/programa será realizado implementado.

Entidade acreditada:

Indicar a Entidade Acreditada que apresenta a presente proposta.

Data da primeira apresentação: *[AAAA/MM/DD]*

Data da apresentação atual *[AAAA/MM/DD]*

Número da versão *[V.000]*



Conteúdo

Secção A	<u>RESUMO DO PROJECTO / PROGRAMA</u>
Secção B	<u>INFORMAÇÕES SOBRE O PROJECTO / PROGRAMA</u>
Secção C	<u>INFORMAÇÕES FINANCEIRAS</u>
Secção D	<u>DESEMPENHO ESPERADO FACE AOS CRITÉRIOS DE INVESTIMENTO</u>
Secção E	<u>QUADRO LÓGICO</u>
Secção F	<u>AVALIAÇÃO E GESTÃO DOS RISCOS</u>
Secção G	<u>POLÍTICAS E NORMAS DO FVC</u>
Secção H	<u>ANEXOS</u>

NOTA ÀS ENTIDADES ACREDITADAS SOBRE A UTILIZAÇÃO DO MODELO DE PROPOSTA DE FINANCIAMENTO

- As entidades acreditadas devem fornecer informações resumidas na proposta com referência cruzada a anexos, tais como estudos de viabilidade, plano de ação em matéria de género, ficha técnica, etc.
- As entidades acreditadas devem garantir que os anexos fornecidos são coerentes com os pormenores fornecidos na proposta de financiamento. As actualizações da proposta de financiamento e/ou dos anexos devem ser reflectidas em todos os documentos relevantes.
- O número total de páginas da proposta de financiamento (excluindo os anexos) **não deve exceder 60**. As propostas que excedam a extensão prescrita não serão avaliadas dentro do prazo normal de serviço.
- O tipo de letra recomendado é Arial, tamanho 11.
- De acordo com a HYPERLINK "<https://www.greenclimate.fund/disclosure/policy>" \h [Política de Divulgação de Informação do GCF](#), as propostas de financiamento de projectos e programas serão divulgadas no sítio Web do GCF, em simultâneo com a apresentação ao Conselho de Administração, sujeitas à eliminação de qualquer informação que não possa ser divulgada nos termos do PDI. Pede-se às Entidades Acreditadas que preencham a informação sobre divulgação na secção G.4.

A proposta devidamente preenchida deve ser enviada para:

fundingproposal@FVCund.org

Utilize a seguinte convenção para o nome do ficheiro:

"FP-[Nome abreviado da entidade acreditada]-[País/Região]-[AAAA/MM/DD]"

RESUMO DO PROJETO/PROGRAMA			
A.1. Projeto ou programa	<u>Selecionar um item.</u>	A.2. Setor público ou privado	<u>Selecionar um item.</u>
A.3. Pedido de Propostas (RFP)	<p>Se a proposta de financiamento for apresentada em resposta a um <u>pedido de propostas</u> específico do FVC, indicar a que pedido de propostas se destina. Note-se que existe um modelo separado para o Processo de Aprovação Simplificado e para o REDD+.</p> <p><u>Selecionar um item.</u></p>		
A.4. Domínio(s) de resultados	<p>Assinalar abaixo o(s) <u>domínio(s) de resultados do FVC</u> aplicável(éis) que o projeto/programa <u>global</u> proposto visa. Para cada domínio(s) de resultados assinalado(s), indicar a percentagem estimada da contribuição do FVC e dos co-financiadores que lhe é dedicada. O total das percentagens, quando somadas, deve ser de 100% para a contribuição do FVC e dos co-financiadores, respetivamente.</p>		
		FVC contribuição	Co-financiadores contribuição⁴
	Total das medidas de mitigação	<u>Entrar número %</u>	<u>Entrar número %</u>
	<input type="checkbox"/> Produção e acesso à energia	<u>Entrar número %</u>	<u>Entrar número %</u>
	<input type="checkbox"/> Transportes com baixas emissões	<u>Entrar número %</u>	<u>Entrar número %</u>
	<input type="checkbox"/> Edifícios, cidades, indústrias e aparelhos	<u>Entrar número %</u>	<u>Entrar número %</u>
<input type="checkbox"/> Silvicultura e utilização dos solos	<u>Entrar número %</u>	<u>Entrar número %</u>	
Total da adaptação	<u>Entrar número %</u>	<u>Entrar número %</u>	
<input type="checkbox"/> Pessoas e comunidades mais vulneráveis	<u>Entrar número %</u>	<u>Entrar número %</u>	
<input type="checkbox"/> Saúde e bem-estar e segurança alimentar e hídrica	<u>Entrar número %</u>	<u>Entrar número %</u>	
<input type="checkbox"/> Infra-estruturas e ambiente construído	<u>Entrar número %</u>	<u>Entrar número %</u>	
<input type="checkbox"/> Ecossistemas e serviços ecossistémicos	<u>Introduzir o número %</u>	<u>Introduzir o número %</u>	
A.5. Resultado esperado da mitigação	<p>Indicar as reduções ou remoções de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) em tCO₂eq durante o período de vida total do projeto/programa⁵</p> <p>(Indicador principal 1: Emissões de gases com efeito de estufa reduzidas, evitadas ou removidas/sequestradas)</p>	A.6. Resultado esperado da adaptação	<i>Indicar o número total de beneficiários directos e indirectos</i>
			<i>Indicar o número de beneficiários directos e indirectos</i>
			<i>Indicar o número de beneficiários directos em relação ao total de população</i>
			<i>número de beneficiários</i>
			<i>% de beneficiários em relação ao total população</i>

⁴ Por contribuição do cofinanciador entende-se os recursos financeiros necessários, quer se trate de financiamento público ou privado, para além da contribuição do FVC (ou seja, os recursos financeiros do FVC solicitados pela Entidade Acreditada) para executar o projeto ou programa descrito em a proposta de financiamento.

⁵ O período de vida total do projeto/programa é definido como o número máximo de anos durante os quais se espera que os resultados do investimento sejam eficazes. Este período é diferente do período de execução do projeto/programa.

A.7. Financiamento total (FVC + cofinanciamento) ⁶	<u>Selegonar um item.</u>	A.9. Dimensão do projeto	<u>Selegonar um item.</u>
A.8. Financiamento total do FVC solicitado	<u>Selegonar um item.</u> <i>Para as propostas plurinacionais, preencher o anexo 17.</i>		

A.10. Instrumento(s) financeiro(s) solicitado(s) para o financiamento do FVC	<p>Assinalar todas as opções aplicáveis e indicar os montantes totais. A soma de todos os montantes totais deve ser coerente com A.8.</p> <p> <input type="checkbox"/> Concessão <u>Introduzir o número</u> <input type="checkbox"/> Património <u>Introduzir número</u> <input type="checkbox"/> Empréstimo <u>Introduzir número</u> <input type="checkbox"/> Pagamento baseado em resultados <u>Introduzir número</u> <input type="checkbox"/> Garantia <u>Introduzir o número</u> </p>		
A.11. Período de execução	Indicar o número de anos e meses em que se prevê a execução do projeto/programa.	A.12. Tempo de vida total	Indicar o número máximo de anos durante os quais se espera que os resultados do investimento sejam efectivos, ou seja, que conduzam a resultados de adaptação e/ou mitigação.
A.13. Data prevista para a aprovação interna da EA	<p>É a data em que a Entidade Acreditada obteve/obterá a sua própria aprovação para executar o projeto/programa, se disponível.</p> <p><u>Clique ou toque para introduzir uma data.</u></p>	A.14. Categoria do SEE	<p>Consultar a política de salvaguarda da AE e as Normas ESS do FVC para avaliar a sua categoria de PF.</p> <p><u>Selegonar um item.</u></p>
A.15. Este PF já foi apresentado anteriormente como uma NC?	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	A.16. Foi utilizado apoio do Readiness ou do PPF para preparar este PQ?	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
A.17. Esta PF está incluído no programa de trabalho da entidade?	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	A.18. Este PF está incluído no programa nacional?	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
A.19. Complementaridade e coerência	<p>O projeto/programa complementa outros financiamentos no domínio do clima (por exemplo, FMA, AF, CIF, etc.)? Em caso afirmativo, queira especificar na secção B.1.</p> <p>Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p>		
A.20. Informação da entidade executante	<p>Se não for a Entidade Acreditada, indique a designação legal completa da(s) Entidade(s) Executante(s) e forneça o seu país de registo e tipo de propriedade. Note-se que pode haver mais do que uma entidade executora. Indique também se uma entidade de execução é a autoridade nacional designada. Consulte a definição de Entidade Executora no Contrato Principal de Acreditação.</p>		
A.21. Resumo executivo (máx. 750 palavras, aproximadamente 1,5 páginas)			

⁶ Consultar a [Política de Cofinanciamento](#) do FVC.



Apresentar um resumo executivo do projeto/programa, incluindo

- 1. Problema das Mudanças climáticas*
- 2. Intervenções propostas*
- 3. Resultados/benefícios climáticos*



INFORMAÇÕES SOBRE O PROJECTO/PROGRAMA

B.1. Contexto climático (máx. 1000 palavras, aproximadamente 2 páginas)

PARA O CLIMA V.3.0 | PÁGINA 5

Descrever o problema das Mudanças climáticas que a A proposta deverá ser abordada. Descrever as necessidades de mitigação (GEE) e/ou necessidades de adaptação (perigos climáticos e riscos associados com base em impactes, exposição e vulnerabilidades) que se espera que as intervenções propostas resolvam. Descreva também o cenário mais provável (condições prevalecentes ou outra alternativa) que se manteria ou continuaria na ausência das intervenções propostas. Incluir informações de base. As metodologias utilizadas para obter essas informações, incluindo as necessidades de mitigação e adaptação, devem ser incluídas no estudo de viabilidade.

Contexto: Ao descrever as necessidades de mitigação e/ou adaptação, descrever sucintamente a região/área-alvo das intervenções propostas, incluindo informações sobre a demografia, a economia, a topografia, etc.

Projetos /intervenções relacionados: Descrever igualmente quaisquer projetos /intervenções recentes ou em curso relacionados com a proposta, provenientes de outras fontes de financiamento nacionais ou internacionais, como o Fundo Mundial para a Proteção do Ambiente, o Fundo de Adaptação, os Fundos de Investimento Climático, etc., e a forma como serão complementados por este projeto/programa (por exemplo, aumento de escala, reprodução, etc.). Identifique as lacunas e os obstáculos actuais no que diz respeito a ou projetos em curso e explicar de que forma este projeto/programa os complementa ou aborda.

B.2 (a). Narrativa e diagrama da teoria da mudança (máx. 1500 palavras, aproximadamente 3 páginas mais diagrama)

Apresentar a teoria da mudança (ToC), que contém uma declaração de objetivos e descreve a forma como o projeto/programa proposto contribuirá para a declaração de objetivos, utilizando ligações da cadeia de resultados entre actividades, realizações e resultados. Com base no modelo de diagrama de ToC disponível na nota de orientação, apresentar um diagrama de ToC (aproximadamente 1 página) que represente visualmente a mesma lógica da descrição narrativa. O diagrama ToC e a narrativa podem incluir uma vasta gama de co-benefícios⁷ conforme aplicável no contexto do projeto/programa. Note-se que todos os co-benefícios terão de ser aprofundados na secção D.3 (potencial de desenvolvimento sustentável) e os indicadores de co-benefícios correspondentes devem ser fornecidos na secção E.5 (indicadores específicos do projeto/programa).

A teoria da mudança deve também incluir quaisquer barreiras relevantes (sociais, de género, fiscais, regulamentares, tecnológicas, financeiras, ecológicas, institucionais, etc.) que tenham de ser abordadas, bem como riscos e pressupostos. Note-se que os pressupostos podem ser aprofundados nas secções E.3 (nível de resultados do FVC: redução das emissões e aumento da resiliência) e E.5 (indicadores específicos do projeto/programa) para cada indicador relevante, conforme adequado.

B.2 (b). Mapeamento dos resultados para as áreas de resultados do FVC e categorização dos co-benefícios

Preencher a tabela da área de resultados do FVC abaixo para mapear cada resultado do projeto/programa identificado na secção B.2(a) para a(s) área(s) de resultados do FVC contribuinte(s), referindo-se à descrição das oito áreas de resultados fornecidas na nota de orientação.

Se tiverem sido identificados quaisquer co-benefícios na secção B.2(a), preencha a tabela de co-benefícios abaixo para mapear cada co-benefício para a categoria correspondente, conforme definido na nota de orientação do PQ.

Número de co-benefícios	Co-benefício					
	Ambiental	Social	Económico	Género	Adaptação	Mitigação
Co-benefício 1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Co-benefício 2	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Número	Área de Resultados de Mitigação do GCF (MRA 1-4)	Área de Resultados da Adaptação do GCF (ARA 1-4)
--------	--	--

do resultado	MRA 1 Produção e acesso à energia	MRA 2 Transporte de baixa emissão	MRA 3 Edifícios, cidades, indústrias, electrodomésticos	MRA 4 Silvicultura e utilização dos solos	ARA 1 Pessoas e comunidades mais vulneráveis	ARA 2 Saúde, bem-estar, segurança alimentar e hídrica	ARA 3 Infra-estruturas e ambiente construído	ARA 4 Ecossistemas e serviços ecossistémicos
Resultado 1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Resultado 2	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Resultado 3	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Resultado 4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Resultado ...	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Resultado ...	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

⁷ O FVC categoriza os co-benefícios em seis áreas: ambiental, social, económica, de género, de adaptação (relevante para a pura (relevante para projetos de adaptação pura) e mitigação (relevante para projetos de adaptação pura). Estão disponíveis mais orientações na nota de orientação da proposta de financiamento (PF).

Co-benefício ...	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Co-benefício ...	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

B.3. Descrição do projeto/programa (máx. 2500 palavras, aproximadamente 5 páginas)

Definir o projeto/programa. Descrever o conjunto proposto de componentes, realizações e actividades que serão levadas a cabo pelo projeto/programa para atingir os resultados pretendidos, descritos na secção B.2 (a). Descrever igualmente a forma como as actividades do projeto/programa irão abordar os obstáculos descritos na secção B.2.

Esta secção da proposta de financiamento deve ser coerente com as secções C.2 (financiamento por componente), E.5 (nível de resultados do projeto/programa) e E.6 (actividades e prestações do projeto/programa).

Referindo-se ao estudo de viabilidade, descreva por que razão este conjunto de intervenções foi selecionado em vez de soluções alternativas e como o projeto/programa pode ajudar a desbloquear o apoio necessário de forma sustentável. Identificar igualmente os compromissos das intervenções selecionadas, se for caso disso.

No caso de propostas de acesso direto reforçado (AED) e de projetos /programas com intermediação financeira (empréstimos ou subvenções), descrever os critérios de seleção do subprojecto e os tipos.

B.4. Modalidades de aplicação (máx. 1500 palavras, cerca de 3 páginas mais diagramas)

Fornecer uma descrição da estrutura de execução do projeto/programa, descrevendo as disposições legais, contratuais, institucionais e financeiras de e entre o FVC, a Entidade Acreditada (AE) e/ou a(s) Entidade(s) Executante(s) (EE) ou quaisquer terceiros (se aplicável) e os beneficiários.

- *Fornecer informações sobre os mecanismos de governação (conselhos de supervisão, grupos consultivos, entre outros) estabelecidos para supervisionar e orientar a execução do projeto. Fornecer uma composição do órgão de decisão e da função de supervisão, em especial no caso das propostas de Acesso Direto Reforçado (AED).*
- *Fornecer informações sobre os fluxos financeiros e as disposições de execução (legais e contratuais) entre a AE e a EE, entre a EE ou qualquer terceiro e os beneficiários. Para as EE que irão administrar fundos do FVC, indicar se foi efectuada uma avaliação da capacidade. Se for caso disso, resumir os resultados da avaliação.*
- *Descrever a experiência e os antecedentes das EA e EE no que respeita às actividades (sector e país/região) que se espera que realizem no projeto/programa proposto.*

Forneça um diagrama ou organograma(s) que identifique essas disposições, incluindo a estrutura de governação, as disposições legais e o fluxo e refluxo de fundos entre entidades.

B.5. Justificação do pedido de financiamento do FVC (máx. 1000 palavras, aproximadamente 2 páginas)

Explicar por que razão o projeto/programa necessita de financiamento do FVC para abordar medidas de mitigação ou adaptação, ou seja, por que razão o projeto/programa não está atualmente a ser financiado pelo sector público e/ou privado? Que falha de mercado está a ser resolvida com o financiamento do FVC? Existem outras fontes de financiamento nacionais ou internacionais?

Explicar por que razão os instrumentos financeiros propostos foram selecionados à luz das actividades propostas e do pacote global de financiamento, ou seja, qual é a coerência entre as actividades financiadas por subvenções e as financiadas por fundos reembolsáveis? Como foram determinados os montantes de cofinanciamento e os preços? Como é que a concessionalidade do financiamento do FVC se compara com a do cofinanciamento? Se for caso disso, apresentar uma breve análise dos preços e/ou dos mercados financeiros em vigor para projetos /programas semelhantes.

Justificar por que razão o nível de concessionalidade do(s) instrumento(s) financeiro(s) do FVC é o mínimo necessário para viabilizar o investimento. Além disso, como é que a estrutura financeira e o preço proposto se enquadram no conceito de concessionalidade mínima? Quem beneficia da concessionalidade?

Na sua resposta, tenha em conta a estrutura de partilha de riscos entre os sectores público e privado, os obstáculos ao investimento e o endividamento do beneficiário. Remeter para os anexos pertinentes, tais como o estudo de viabilidade, a análise económica ou a análise financeira, se for caso disso.

B.6. Estratégia de saída (máx. 500 palavras, aproximadamente 1 página)

Explicar de que forma o projeto/programa sairá com êxito após a conclusão da execução, incluindo a forma como os resultados e os benefícios se manterão para além do período do projeto/programa e como será mantida a contribuição para a mudança de paradigma.

Incluir informações relativas à propriedade a longo prazo, à estratégia de saída do projeto/programa, às operações e à manutenção dos investimentos (por exemplo, infra-estruturas essenciais, activos, disposições contratuais). No caso do sector privado, descrever a estratégia de saída financeira do FVC através de ofertas públicas iniciais, vendas comerciais, etc.

Fornecer informações sobre as acções adicionais a empreender pelos sectores público e privado ou pela sociedade civil no âmbito do projeto/programa, a fim de garantir a sustentabilidade dos resultados obtidos.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS						
C.1. Financiamento total						
(a) Financiamento solicitado ao FVC (i + ii + iii + iv + v + vi + vii)	Montante total			Moeda		
	Introduzir o montante			Opções		
Instrumento financeiro do FVC	Montante	Tenor	Período de carência	Preços		
(i) Empréstimos sénior	Introduzir o montante	Introduzir anos	Introduzir anos	Introduzir %		
(ii) Empréstimos subordinados	Introduzir o montante	Introduzir anos	Introduzir anos	Introduzir %		
(iii) Capital próprio	Introduzir o montante			Introduzir % de rentabilidade do capital próprio		
(iv) Garantias	Introduzir o montante	Introduzir anos				
(v) Subvenções reembolsáveis	Introduzir o montante					
(vi) Subvenções	Introduzir o montante					
(vii) Pagamentos baseados em resultados	Introduzir o montante					
(b) Informações sobre o cofinanciamento	Montante total			Moeda		
	Introduzir o montante			Opções		
Nome da instituição	Instrumento financeiro	Montante	Moeda	Tenor e graça	Preços	Antiguidade
Clique aqui para introduzir o texto.	Opções	Introduzir o montante	Opções	Introduzir anos Introduzir anos	Introduzir	Opções
Clique aqui para introduzir texto.	Opções	Introduzir o montante	Opções	Introduzir anos Introduzir anos	Introduzir	Opções
Clique aqui para introduzir o texto.	Opções	Introduzir o montante	Opções	Introduzir anos Introduzir anos	Introduzir	Opções
Clique aqui para introduzir o texto.	Opções	Introduzir o montante	Opções	Introduzir anos Introduzir anos	Introduzir	Opções
(c) Financiamento total (c) = (a)+(b)	Montante			Moeda		
	Introduzir o montante			Opções		



<p>(d) Outras formas de financiamento e contribuições (máx. 250 palavras, aproximadamente 0,5 página)</p>	<p><i>Explicar se alguma das partes financiadoras, incluindo a AE, beneficiaria de algum tipo de garantia (por exemplo, garantia soberana, garantia da MIGA).</i></p> <p><i>Explique também outras contribuições, tais como contribuições em espécie, incluindo isenções fiscais e contribuições de activos.</i></p> <p><i>Incluir também o financiamento paralelo associado a este projeto ou programa (consultar a política de cofinanciamento).</i></p>
<p>C.2. Financiamento por componente</p>	
<p><i>Fornecer uma estimativa do custo total por componente e realização, tal como descrito na secção B.3. supra, e desagregar por fonte de financiamento. Mais do que uma instituição de cofinanciamento pode financiar uma única componente ou realização. Fornecer as estimativas de custo resumidas no quadro abaixo e o plano orçamental pormenorizado no Anexo 4.</i></p>	

_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

Este quadro deve corresponder ao apresentado na ficha técnica e ser coerente com as informações apresentadas noutros anexos, incluindo o plano orçamental pormenorizado e o calendário de execução.

No caso de um programa multi-país/região, especificar o montante indicativo de financiamento do FVC solicitado para cada país no anexo 17, se disponível.

C.3 Reforço das capacidades e desenvolvimento/transferência de tecnologias (máx. 250 palavras, aproximadamente 0,5 página)

C.3.1 O financiamento do FVC financia actividades de desenvolvimento de capacidades? Sim Não

C.3.2. O financiamento do FVC financia o desenvolvimento/transferência de tecnologia? Sim Não

Caso se preveja que o projeto/programa apoie o reforço das capacidades e o desenvolvimento/transferência de tecnologias, apresentar uma breve descrição dessas actividades e quantificar, na medida do possível, o montante total de financiamento do FVC solicitado para essas actividades.

Componente	Saída	Custo indicativo <u>Opções</u>	Financiamento do GCF		Cofinanciamento		
			<u>Montante Opções</u>	Instrumento financeiro	<u>Montante Opções</u>	Instrumento financeiro	Nome das instituições
Clique aqui para introduzir o texto.	Clique aqui para introduzir o texto.	Introduzir o montante	Introduzir o montante	Selecionar um <u>item.</u>	Introduzir o montante	Selecionar um <u>item.</u>	Clique aqui para introduzir o texto.
	Clique aqui para introduzir o texto.	Introduzir o montante	Introduzir o montante	Selecionar um <u>item.</u>	Introduzir o montante	Selecionar um <u>item.</u>	Clique aqui para introduzir o texto.
Clique aqui para introduzir o texto.	Clique aqui para introduzir o texto.	Introduzir o montante	Introduzir o montante	Selecionar um <u>item.</u>	Introduzir o montante	Selecionar um <u>item.</u>	Clique aqui para introduzir o texto.



texto.	Clique aqui para introduzir o texto.	Introduzir o montante	Introduzir o montante	Selecionar um item.	Introduzir o montante	Selecionar um item.	Clique aqui para introduzir o texto.
Clique aqui para introduzir o texto.	Clique aqui para introduzir o texto.	Introduzir o montante	Introduzir o montante	Selecionar um item.	Introduzir o montante	Selecionar um item.	Clique aqui para introduzir o texto.
	Clique aqui para introduzir o texto.	Introduzir o montante	Introduzir o montante	Selecionar um item.	Introduzir o montante	Selecionar um item.	Clique aqui para introduzir o texto.
Custo total indicativo (USD)		Introduzir o montante	Introduzir o montante		Introduzir o montante		

DESEMPENHO ESPERADO FACE AOS CRITÉRIOS DE INVESTIMENTO

Esta secção refere-se ao desempenho do projeto/programa em relação aos critérios de investimento, tal como definidos no relatório [inicial](#) do FVC.

[Quadro de investimento.](#)

D.1. Potencial de impacto (máx. 500 palavras, aproximadamente 1 página)

Descrever o potencial do projeto/programa para contribuir para a realização dos objetivos e domínios de resultados do Fundo. Se for caso disso, descrever os benefícios previstos do projeto/programa para a mitigação e/ou adaptação. Indicar os resultados pretendidos em matéria de mitigação, explicando de que forma o projeto/programa contribui para vias de desenvolvimento sustentável com baixas emissões. Apresentar os resultados pretendidos para a adaptação, explicando de que forma o projeto/programa contribui para um desenvolvimento sustentável mais resistente às Mudanças climáticas. Os cálculos devem ser apresentados em anexo. Estes cálculos devem ser coerentes com a secção E.3 que apresenta os indicadores principais do FVC.

D.2. Potencial de mudança de paradigma (máx. 500 palavras, aproximadamente 1 página)

O potencial de mudança de paradigma é definido como "o grau em que a atividade proposta pode catalisar o impacto para além de um investimento pontual num projeto ou programa". Nesta secção, descrever a contribuição para a mudança de paradigma e a forma como o projeto/programa proposto pretende contribuir para essa mudança com base na teoria da mudança descrita na secção B2(a). Descrever também como e em que medida o projeto/programa será capaz de promover ou contribuir para a mudança de paradigma através do que se segue.

- *Potencial de expansão e reprodução*
- *Potencial de partilha de conhecimentos e de aprendizagem*
- *Contribuição para a criação de um ambiente propício*
- *Contribuição para o quadro regulamentar e as políticas*
- *Contribuição global para vias de desenvolvimento resilientes às Mudanças climáticas, em conformidade com as estratégias e planos nacionais pertinentes de adaptação às Mudanças climáticas*

D.3. Desenvolvimento sustentável (máx. 500 palavras, aproximadamente 1 página)

Descrever os benefícios e prioridades mais amplos do projeto/programa em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e apresentar o potencial em termos de

- *Co-benefícios ambientais*
- *Co-benefícios sociais, incluindo co-benefícios no domínio da saúde*
- *Co-benefícios económicos*
- *Benefício do desenvolvimento sensível ao género*

D.4. Necessidades do destinatário (máx. 500 palavras, aproximadamente 1 página)

Descrever a escala e a intensidade da vulnerabilidade do país e dos grupos beneficiários e explicar como o projeto/programa aborda a questão (por exemplo, o nível de exposição aos riscos climáticos do país e dos grupos beneficiários, o nível geral de rendimento, etc.). Descrever a forma como o projeto/programa responde às seguintes necessidades:

- *Vulnerabilidade do país e/ou de grupos vulneráveis específicos, incluindo aspectos de género (apenas para adaptação)*
- *Nível de desenvolvimento económico e social do país e da população afetada*
- *Ausência de fontes alternativas de financiamento (por exemplo, défice orçamental ou da balança de pagamentos que impeça o governo de responder às necessidades do país e falta de profundidade e de história no mercado de capitais local)*
- *Necessidade de reforçar as instituições e a capacidade de execução*

D.5. Propriedade do país (máx. 500 palavras, aproximadamente 1 página)

Descrever a forma como o país beneficiário se apropria do projeto/programa financiado e o executa. Descrever o seguinte:

- *Estratégia nacional atual em matéria de clima*
- *Programa nacional do FVC em vigor*
- *Relevância e alinhamento com as políticas existentes, tais como os contributos determinados a nível nacional (CND), as ações de mitigação adequadas a nível nacional (NAMA) e os planos nacionais de adaptação (PAN)*
- *CNDs, NAMAs e NAPs*

- Capacidade de entrega das entidades acreditadas ou das entidades de execução
- Papel da autoridade nacional designada
- Envolvimento com organizações da sociedade civil e outras partes interessadas, incluindo povos indígenas, mulheres e outros grupos vulneráveis

D.6. Eficiência e eficácia (máx. 500 palavras, aproximadamente 1 página)

Descrever de que forma a estrutura financeira é adequada e razoável para atingir os objetivos da proposta, incluindo a resolução dos estrangulamentos e/ou obstáculos existentes e a concessão do mínimo necessário para assegurar a viabilidade do projeto sem excluir os investimentos privados e outros investimentos públicos. Consultar a secção B.5 sobre a justificação do financiamento do FVC solicitado, se necessário.

Descrever a eficiência e a eficácia do projeto/programa proposto, tendo em conta o financiamento total e os resultados em termos de mitigação/adaptação que o projeto/programa pretende alcançar, e explicar a comparação com um parâmetro de referência adequado.

Indicar a taxa de rentabilidade económica prevista com base numa comparação dos cenários com e sem o projeto/programa.

Especificar a taxa de rentabilidade financeira esperada com e sem o apoio do Fundo para ilustrar a necessidade de financiamento do FVC para ilustrar a relação custo-eficácia global.

Explicar de que forma foram consideradas e aplicadas as melhores tecnologias e práticas disponíveis. Se for caso disso, especificar as inovações/modificações/ajustamentos efectuados com base nas melhores práticas do sector.

QUADRO LÓGICO

*Esta secção refere-se ao quadro lógico do projeto/programa, em conformidade com o **quadro integrado de gestão dos resultados do FVC**, para o qual o projeto/programa contribui no seu conjunto, incluindo no que diz respeito a qualquer cofinanciamento.*

E.1. Foco do Projeto/Programa

Indicar se a proposta se refere a um projeto/programa de mitigação ou de adaptação. Para propostas transversais, seleccionar ambos.

- Redução das emissões (mitigação)
 Aumento da resiliência (adaptação)

E.2. Nível de impacto do FVC: Potencial de mudança de paradigma (máx. 600 palavras, aproximadamente 1-2 páginas)

Esta secção do quadro lógico destina-se a ajudar um projeto/programa a monitorizar e avaliar a forma como contribui para a mudança de paradigma descrita na secção D.2 acima, aplicando três dimensões de avaliação - escala, replicabilidade e sustentabilidade.

Assim, para cada dimensão de avaliação (ver a definição por avaliação na nota de orientação anexa), descrever o estado atual (base de referência) e o cenário potencial (meta) e classificar o estado atual (base de referência) utilizando a classificação em três pontos (baixo, médio e elevado) fornecida na nota de orientação. Descreva também a forma como o projeto/programa contribuirá para essa mudança/transformação no âmbito das respectivas dimensões de avaliação (escala, replicabilidade e sustentabilidade). Para tal, consultar a secção B.2(a) (teoria da mudança).

Dimensão da avaliação	Estado atual (base de referência)		Cenário-alvo potencial (Descrição)	Qual será a contribuição do projeto/programa (descrição)
	Descrição	Classificação		
Escala		<u>Selecionar um item.</u>		<i>Descrever as principais realizações aplicáveis e/ou os resultados resultantes relevantes para o aumento (aumento de escala) dos resultados quantificáveis dentro e fora do âmbito da intervenção.</i>
Replicabilidade		<u>Selecionar um item.</u>		<i>Descrever as principais realizações aplicáveis e os resultados obtidos que serão reproduzidos noutros sectores, mercados, regiões geográficas ou países.</i>
Sustentabilidade		<u>Selecionar um item.</u>		<i>Descrever as principais realizações e resultados aplicáveis que serão mantidos para além do período do projeto/programa.</i>

E.3. Nível de resultados do FVC: Redução das emissões e aumento da resiliência (indicadores principais 1-4 do IRMF, indicadores quantitativos)

Selecionar os indicadores principais e suplementares do QIRM adequados para acompanhar os progressos do projeto/programa. Podem ser selecionados mais de um indicador IRMF (principal e/ou suplementar), conforme aplicável, para cada área de resultados do FVC e resultado do projeto/programa (conforme definido no quadro da secção B.2(b)). Se os indicadores do QIRM não forem capazes de medir um determinado resultado do projeto/programa, devem ser desenvolvidos indicadores específicos do projeto/programa no âmbito da secção E.5 (indicadores específicos do projeto/programa).

Área de resultados do FVC	IRMF Indicador	Meios de verificação (MoV)	Linha de base	Objetivo		Pressupostos / Nota
				Médio prazo	Final ⁸	
<u>Selecionar um item.</u>	<u>Selecionar indicadores adequados e indicadores suplementares</u>	<i>Fontes de informação e métodos utilizados para recolher e comunicar dados/informações para medir os progressos em relação aos objetivos</i>	<i>O ponto de partida ou o valor atual dos indicadores antes da execução do projeto</i>	<i>Valor estimado do indicador a meio do período de execução</i>	<i>O valor estimado do indicador no final da execução</i>	<i>Externalidades e factores fora do controlo da gestão do projeto que podem ter impacto nos resultados Fontes de dados e metodologias aplicadas para estimar a base de referência e os objetivos</i>
<u>Selecionar um item.</u>	<u>Selecionar indicadores adequados e indicadores suplementares</u>					
<u>Selecionar um item.</u>	<u>Selecionar indicadores adequados e indicadores suplementares</u>					

E.4. Nível de resultados do FVC: Ambiente propício (indicadores principais 5-8 do IRMF, conforme aplicável)

Selecionar pelo menos dois indicadores principais (ambiente propício) relevantes do QIRM para monitorizar e elaborar o contexto de base e o resultado visado pelo projeto/programa em relação aos respectivos indicadores. Avaliar a situação atual (situação de referência) em relação ao cenário-alvo e selecionar o âmbito geográfico do resultado a avaliar. Descrever como o projeto/programa contribuirá para o cenário-alvo. Para completar esta secção, consultar um exemplo de caso nas orientações anexas.

⁸ O objetivo final significa o objetivo no final do período de execução do projeto/programa. No entanto, para o indicador principal 1 (redução das emissões de gases com efeito de estufa), fornecer também o valor-alvo no final do período de vida total, que é definido como o número máximo de anos durante os quais se espera que os impactos do investimento sejam eficazes.

Indicador principal	Contexto de base (descrição)	Classificação para o estado atual (base de referência)	Cenário-alvo (descrição)	Como é que o projeto irá contribuir	Cobertura
<u>Selecionar um item.</u>		<u>Selecionar um item.</u>			<u>Selecionar um item.</u>
<u>Selecionar um item.</u>		<u>Selecionar um item.</u>			<u>Selecionar um item.</u>
<u>Selecionar um item.</u>		<u>Selecionar um item.</u>			<u>Selecionar um item.</u>
<u>Selecionar um item.</u>		<u>Selecionar um item.</u>			<u>Selecionar um item.</u>

E.5. Indicadores específicos do projeto/programa (resultados e realizações do projeto)

Esta secção deve enumerar os indicadores de desempenho específicos do projeto/programa (resultados e realizações) que não são abrangidos pelas secções anteriores (E.1-E.4). Enumerar os indicadores adaptados a monitorizar /acompanhar os progressos em relação aos resultados relevantes do projeto/programa (resultados/outputs). As AEs têm a liberdade de decidir em relação a que resultados gostariam de estabelecer indicadores específicos do projeto/programa. Se forem identificados quaisquer co-benefícios nas secções B.2(a)(b) e D.3, as AEs são encorajadas a adicionar e monitorizar indicadores de co-benefícios na secção "Indicadores de co-benefícios do projeto/programa" no quadro abaixo. Acrescentar linhas conforme necessário.

Por favor, numere cada resultado e realização como indicado abaixo para indicar a associação das realizações ao resultado contribuinte. A numeração das realizações nesta secção deve corresponder à numeração das realizações no anexo 4 (plano orçamental detalhado).

Resultados do projeto/programa (resultados/realizações)	Indicador específico do projeto/programa	Meios de verificação (MoV)	Linha de base	Objetivo		Pressupostos / Nota
				Médio prazo	Final	
Resultado 1		Fontes de informação e métodos utilizados para recolher e comunicar dados/informações para medir os progressos em relação aos objetivos	O ponto de partida ou o valor atual dos indicadores antes da execução do projeto	Valor estimado do indicador a meio do período de execução	O valor estimado do indicador no final da execução	Externalidades e factores fora do controlo da gestão do projeto que podem ter impacto na componente Fontes de dados e metodologias aplicadas para estimar a base de referência e os objetivos
Saída 1.1						
Saída 1.2						
Resultado 2						
Saída 2.1						

Saída 2.2						
-----------	--	--	--	--	--	--

Indicadores de co-benefícios do projeto/programa

Co-benefício 1						
Co-benefício 2						
Co-benefício 3						

E.6. Atividades e resultados do projeto/programa

Todas as actividades do projeto devem ser aqui enumeradas com uma descrição e subactividades. Os resultados significativos devem ser reflectidos no calendário de execução do Anexo 5. Acrescentar linhas, se necessário. Numere as actividades como indicado abaixo para indicar a associação das actividades às realizações relacionadas fornecidas acima na secção E.5. Do mesmo modo, numere as subactividades como indicado abaixo para as associar à actividade relacionada.

Actividades	Descrição	Sub-actividades	Prestações de serviços
Atividade 1.1.1		Sub-atividade 1.1.1.1 Sub-atividade 1.1.1.2 Sub-atividade 1.1.1.3	
Atividade 1.1.2			
Atividade 1.2.1			
Atividade 1.2.2			
Atividade 2.1.1			
Atividade 2.1.2			

E.7. Disposições em matéria de controlo, apresentação de relatórios e avaliação (máx. 500 palavras, aproximadamente 1 página)

Para além das disposições (por exemplo, relatórios anuais de desempenho) estabelecidas no Acordo-Quadro de Acreditação (AMA), queira apresentar um resumo das disposições específicas do projeto/programa em matéria de monitorização, comunicação de informações e avaliação, incluindo uma descrição do sistema de monitorização e comunicação de informações que será utilizado para avaliar os resultados climáticos da actividade proposta. Resumir igualmente os tipos de avaliações intercalares e finais. Descrever as relações de reporte do projeto da Entidade Acreditada (AE), incluindo para a Autoridade Nacional Designada (AND)/Ponto Focal e entre a AE e a Entidade Executora (EE), conforme relevante, identificando as obrigações de reporte da EE para a AE. Estas devem estar relacionadas com a frequência dos relatórios sobre os indicadores do projeto, as dificuldades de execução e a situação financeira. Note-se que as avaliações intercalares e finais devem incluir uma avaliação das contribuições do projeto/programa para uma mudança de paradigma e um ambiente propício, utilizando uma classificação numa escala de três pontos. Consultar a nota de orientação para os requisitos resumidos e incluir actividades de avaliação adicionais nesta secção em conformidade.

AVALIAÇÃO E GESTÃO DOS RISCOS

F.1. Factores de risco e medidas de mitigação (máx. 3 páginas)

Descrever os riscos financeiros, técnicos, operacionais, macroeconómicos/políticos, de branqueamento de capitais/financiamento do terrorismo (BC/FT), sanções, práticas proibidas e outros riscos que possam impedir a realização dos objetivos do projeto/programa. Descrever igualmente as medidas de mitigação dos riscos propostas. Inserir linhas adicionais, se necessário.

Para a probabilidade: Alta tem uma probabilidade significativa, Média tem uma probabilidade moderada, Baixa tem uma probabilidade negligenciável Para o impacto: Alta tem um impacto significativo, Média tem um impacto moderado, Baixa tem um impacto negligenciável

As práticas proibidas incluem abuso, conflito de interesses, corrupção, retaliação contra denunciantes ou testemunhas, bem como práticas fraudulentas, coercivas, colusivas e obstrutivas

Fator de risco selecionado 1

Categoria	Probabilidade	Impacto
<u>Selecionar</u>	<u>Selecionar</u>	<u>Selecionar</u>

Descrição

Descreva o risco da melhor forma possível, de acordo com o seu conhecimento atual.

Medida(s) de mitigação

Descreva a forma como o risco identificado será atenuado ou gerido. As medidas de mitigação reduzem a probabilidade de ocorrência do risco? Em caso afirmativo, a que nível?

Fator de risco selecionado 2

Categoria	Probabilidade	Impacto
<u>Selecionar</u>	<u>Selecionar</u>	<u>Selecionar</u>

Descrição

Descreva o risco da melhor forma possível, de acordo com o seu conhecimento atual.

Medida(s) de mitigação

Descreva a forma como o risco identificado será atenuado ou gerido. As medidas de mitigação reduzem a probabilidade de ocorrência do risco? Em caso afirmativo, a que nível?

Fator de risco selecionado 3

Categoria	Probabilidade	Impacto
<u>Selecionar</u>	<u>Selecionar</u>	<u>Selecionar</u>

Descrição

Descreva o risco da melhor forma possível, de acordo com o seu conhecimento atual.

Medida(s) de mitigação

Descreva a forma como o risco identificado será atenuado ou gerido. As medidas de mitigação reduzem a probabilidade de ocorrência do risco? Em caso afirmativo, a que nível?

POLÍTICAS E NORMAS DO FVC

G.1. Avaliação dos riscos ambientais e sociais (máx. 750 palavras, aproximadamente 1,5 páginas)

Indicar a categoria de risco ambiental e social atribuída à proposta em resultado do rastreio e a justificação para a atribuição dessa categoria. Apresentar também os instrumentos de avaliação e gestão ambiental e social desenvolvidos para a proposta (por exemplo, avaliação do impacto ambiental e social (AIAS), quadro de gestão ambiental e social (QGES), plano de gestão ambiental e social (PGAS), sistema de gestão ambiental e social (SGAS), auditorias ambientais e sociais, etc.). Apresentar um resumo dos principais resultados destes instrumentos. Apresentar os principais riscos e impactos ambientais e sociais e as medidas sobre a forma como o projeto/programa irá evitar, minimizar e atenuar os impactos negativos em cada fase (por exemplo, preparação, execução e funcionamento), em conformidade com as normas de salvaguarda ambiental e social (ESS) do FVC. Se o projeto ou programa proposto envolver investimentos através de intermediações financeiras, descrever os planos de diligência devida e de gestão das Entidades Executoras (EE) e as disposições de supervisão e fiscalização. Descrever a capacidade das EEs para implementar o PGAS e o ESMF e as disposições para o controlo do cumprimento, a supervisão e a apresentação de relatórios. Incluir uma descrição do mecanismo de reparação de queixas a nível do projeto/programa, um resumo da extensão das consultas a várias partes interessadas realizadas para o projeto/programa, o plano da Entidade Acreditada (AE) e das EEs para continuar a envolver as partes interessadas durante a implementação do projeto, e a forma e o calendário de divulgação dos relatórios de salvaguardas aplicáveis, seguindo os requisitos da [Política de Divulgação de Informação](#) e da [Política Ambiental e Social](#) do FVC.

Descrever eventuais impactos potenciais sobre as populações indígenas e as medidas para os resolver, incluindo o desenvolvimento de um plano para as populações indígenas e o processo de consulta significativa conducente a um consentimento livre, prévio e informado, em conformidade com a [política](#) do FVC [relativa às populações indígenas](#).

Anexar ao Anexo 6 os instrumentos de avaliação e gestão adequados ou outros estudos aplicáveis, consoante a categoria de risco ambiental e social.

G.2. Avaliação do género e plano de ação (máx. 500 palavras, aproximadamente 1 página)

Fornecer um resumo da avaliação de género e do plano de ação de género ao nível do projeto/programa que esteja alinhado com os objetivos da [Política de Género](#) do FVC. Confirmar a existência de uma avaliação de género e de um plano de ação, descrevendo o processo utilizado para desenvolver ambos os documentos. Fornecer informações sobre as principais conclusões (quem é vulnerável e porquê) e as principais recomendações (como abordar a vulnerabilidade identificada) da avaliação de género. Indicar se foram realizadas consultas às partes interessadas e descrever os principais contributos integrados no plano de ação, incluindo a forma como a resolução da vulnerabilidade garantirá a igualdade de participação e de benefícios do investimento dos fundos; os principais resultados relacionados com o género que se esperam do projeto/programa, com objetivos; as disposições de execução que a AE estabeleceu para garantir a execução das actividades e a obtenção dos resultados esperados, bem como o seu acompanhamento e avaliação.

Fornecer a avaliação completa das questões de género e o plano de ação a nível do projeto como anexo 8.

G.3. Gestão financeira e contratos públicos (máx. 500 palavras, aproximadamente 1 página)

Descrever a gestão financeira do projeto/programa, incluindo os sistemas de controlo financeiro, a contabilidade financeira, a auditoria e a estrutura e os métodos de desembolso. Consultar a secção B.4 sobre as modalidades de execução, se necessário.

Articular quaisquer questões relativas a aquisições que possam exigir atenção, por exemplo, disposições de implementação de aquisições e o papel do AE no âmbito da respectiva proposta, articulação da avaliação do risco de aquisições efectuada e a forma como será gerida pelo AE ou pela agência de execução. Apresentar um plano pormenorizado de aquisições no Anexo 10.

G.4. Divulgação da proposta de financiamento

Nota: A Política de Divulgação de Informação (PDI) prevê que o FVC aplique uma presunção a favor da divulgação de toda a informação e documentos relacionados com o FVC e as suas actividades de financiamento. Nos termos da PDI, as propostas de financiamento de projetos e programas serão divulgadas no sítio Web do FVC, em simultâneo com a sua apresentação ao Conselho de Administração, sob reserva da eliminação de qualquer informação que não possa ser divulgada nos termos da PDI. A informação fornecida a título confidencial é uma das exceções, mas esta exceção não deve ser aplicada de forma generalizada a todo um documento se este contiver partes específicas e segregáveis que possam ser divulgadas sem prejuízo ou dano.

Indicar abaixo se a proposta de financiamento inclui ou não informações confidenciais.

- Nenhuma informação confidencial: A entidade acreditada confirma que a proposta de financiamento, incluindo os seus anexos, pode ser divulgada na íntegra pelo FVC, uma vez que nenhuma informação está a ser fornecida a título confidencial.
- Com informações confidenciais: A entidade acreditada declara que a proposta de financiamento, incluindo os seus anexos, não pode ser divulgada na íntegra pelo FVC, uma vez que determinadas informações estão a ser fornecidas a título confidencial. Por conseguinte, a entidade acreditada está a fornecer ao Secretariado as duas cópias seguintes da proposta de financiamento, incluindo todos os anexos:

- cópia integral para uso interno do FVC, na qual as partes confidenciais são assinaladas em conformidade, juntamente com uma nota explicativa sobre as referidas partes e o correspondente motivo de confidencialidade ao abrigo da política de divulgação da entidade acreditada, e
- cópia redigida para divulgação no sítio Web do FVC.

A proposta de financiamento só pode ser processada após a receção dos dois exemplares acima referidos, caso contenha informações confidenciais.

ANEXOS

H.1. Anexos obrigatórios

- ANEXO 1 Carta(s) de não objeção da NDA ([modelo fornecido](#))
- ANEXO 2 Estudo de viabilidade - e um estudo de mercado, se aplicável
- ANEXO 3 Análises económicas e/ou financeiras em formato de folha de cálculo
- ANEXO 4 Plano orçamental pormenorizado ([modelo fornecido](#))
- ANEXO 5 Calendário de execução, incluindo as principais etapas do projeto/programa ([modelo fornecido](#))
- ANEXO 6 Documento ambiental e social correspondente à categoria ambiental e social (A, B ou C; ou I1, I2 ou I3):
[\(Formulário de divulgação do SEE fornecido\)](#)
 - Avaliação do impacto ambiental e social (AIAS) ou
 - Plano de gestão ambiental e social (ESMP) ou
 - Sistema de gestão ambiental e social (ESMS)
 - OUTROS (ESPECIFICAR - POR EXEMPLO, PLANO DE AÇÃO DE REINSTALAÇÃO, QUADRO POLÍTICO DE REINSTALAÇÃO, PLANO PARA AS POPULAÇÕES INDÍGENAS, PLANO DE AQUISIÇÃO DE TERRAS, ETC.)
- ANEXO 7 Resumo das consultas e plano de envolvimento das partes interessadas
- ANEXO 8 Avaliação do género e plano de ação a nível do projeto/programa ([modelo fornecido](#))
- ANEXO 9 DILIGÊNCIA JURÍDICA (REGULAMENTAÇÃO, FISCALIDADE E SEGUROS)
- ANEXO 10 Plano de aquisições ([modelo fornecido](#))
- ANEXO 11 Plano de controlo e avaliação ([modelo fornecido](#))
- ANEXO 12 Pedido de taxa de AE ([modelo fornecido](#))
- ANEXO 13 Carta de compromisso de cofinanciamento, se aplicável ([modelo fornecido](#))
- ANEXO 14 Ficha técnica que inclui um calendário de desembolso pormenorizado e, se for caso disso, um calendário de reembolso

H.2. Outros anexos, se aplicável

- ANEXO 15 EVIDÊNCIA DE APROVAÇÃO INTERNA ([modelo fornecido](#))
- Anexo 16 Mapa(s) indicando a localização das intervenções propostas
- Anexo 17 Informações sobre projetos /programas plurinacionais ([modelo fornecido](#))
- Anexo 18 Apreciação, diligência devida ou relatório de avaliação para propostas baseadas na ampliação ou reprodução de um projeto-piloto
- Anexo 19 Procedimentos de controlo dos contratos celebrados por terceiros ou por entidades de execução que realizem projetos financiados pela entidade
- Anexo 20 Avaliação AML/CFT (KYC) de primeiro nível
- Anexo 21 Manual de operações (Operações e manutenção)

<input type="checkbox"/>	Anexo 22	Avaliação das reduções de emissões de GEE e respectiva monitorização e comunicação (para projectos de atenuação e projectos transversais) ⁹
<input type="checkbox"/>	Anexo X	Outras referências

** Note-se que uma proposta de financiamento só será considerada completa após a receção de todos os documentos comprovativos aplicáveis*

⁹ O Anexo 22 é obrigatório para projetos de mitigação e projetos transversais.

